



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

PROCESSO: 872160/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2023	DATA DE ABERTURA: 19/04/2023 ÀS 09:00H ENDEREÇO: Sala de reuniões da Superintendência de Licitações	
OBJETO:	Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria B, C, D, E), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.	
VALOR ESTIMADO	O valor estimado totaliza a importância de global de R\$ 391.317,30 (Trezentos e noventa e um mil, trezentos e dezessete reais e trinta centavos).	
LIC. EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERV. COTA /EPP?	EXIGE AMOSTRA / DEM.?
NÃO	NÃO	NÃO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO		REGISTRO DE PREÇOS?
MENOR PREÇO POR LOTE		SIM
ÓRGÃO GERENCIADOR	Secretaria Municipal de Administração:	
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	Até o dia 17/04/2023 (até 02 dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública)	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL:	Claudio Vinicius de Arruda Gomes, pregoeiro designado por meio da Portaria nº. 150/2023.	
PUBLICIDADE DO EDITAL E ANEXOS	O Edital e anexos estão disponíveis no menu “Licitação” da página da Prefeitura Municipal de Várzea Grande: http://www.varzeagrande.mt.gov.br/	
Observações Gerais		
Parecer aprovado pela Procuradoria Geral do Município: nº. <u>170/2023</u>		

**Sumário**

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023	1
1. PREÂMBULO	3
2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO	4
3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ACEITABILIDADE E REGIME DE EXECUÇÃO	4
4. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO	5
6. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA	7
7. DO CREDENCIAMENTO	8
8. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 01	10
9. DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02	15
10. DA SESSÃO	24
11. DA AMOSTRA	27
12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS	27
13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	28
14. DO REGISTRO DE PREÇOS	29
15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	31
16. DO PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	32
17. DO PAGAMENTO	32
18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	32
19. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS	36
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	37
21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	38
22. DO FORO	39
23. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:	39
ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)	76
ANEXO III – DECLARAÇÕES CONSOLIDADA (MODELO)	78
ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP (MODELO)	80
ANEXO V – DECLARAÇÃO USUFRIUR BENEFICIO DOCUMENTAÇÃO TARDIA (MODELO)	81
ANEXO VI - TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)	82
ANEXO VII- FICHA CADASTRAL - MODELO	83
ANEXO VII- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	84
ANEXO VIII- MINUTA DE CONTRATO	118

**1. PREÂMBULO**

- 1.1. O Município de Várzea Grande, representado pela Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 03. 507.548/0001-10, situada na Av. Castelo Branco nº. 2500, bairro Água Limpa, Várzea Grande - MT, através da **Secretaria Municipal de Administração**, por intermédio da autoridade competente o Senhor **Oswaldo Botelho de Campos**, torna público para conhecimento de todos os interessados que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, para **REGISTRO DE PREÇOS** com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, a ser realizada no **dia 19 de abril de 2023, às 09:00 horas** (horário de Mato Grosso), Sala de reuniões da Superintendência de Licitações, no paço municipal, e será conduzido neste processo pelo pregoeiro oficial, Sr. **Claudio Vinicius de Arruda Gomes** designado pela Portaria Nº 150/2023.
- 1.2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Este certame será regido pela Lei Federal. 10.520/2002, dos Decretos Federais nº: nº. 3.555/2000, 7.892/2013, 9.488/2018 e 10.024/2019, das Leis Complementares. 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Leis Municipais nº. 3.515/2010 e 4.092/2015, Decretos Municipais nº. 09/2010, 32/2005, 86/2018 e 54/2019 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal. 8.666/1993 e demais legislações complementares, e condições estabelecidas neste Edital, e seus anexos.
- 1.3. **DO TERMO DE REFERÊNCIA:** Foi elaborado pela **Secretaria Municipal de Administração do Município de Várzea Grande/MT**, o TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2023 (Anexo I deste edital), o qual servirá de base para todo o procedimento licitatório.
- 1.4. O Edital completo está à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Várzea Grande, – Superintendência de Licitações, nos dias úteis, das 08h às 18h, sito à Avenida Castelo Branco, 2500 – Água Limpa - Várzea Grande/MT, a ser disponibilizado através de mídia gravada em dispositivo do interessado ou gratuitamente no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.
- 1.5. Todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes serão disponibilizadas no site www.varzeagrande.mt.gov.br no campo Licitações (Suspensão - Prorrogação – Revogação - Retificação – Resultados – etc.), razão pela quais as empresas interessadas deverão consultá-lo obrigatoriamente.
- 1.6. Às licitantes interessadas cabe acessar assiduamente o endereço eletrônico indicado no subitem 1.4, para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e se manterem atualizadas sobre os esclarecimentos referentes a este Edital.
- 1.7. Quaisquer alegações, formais ou informais, de problemas técnicos, de qualquer natureza, relacionados à abertura e leitura dos arquivos digitais do Edital e seus anexos não importarão em suspensão ou prorrogação do certame.
- 1.8. A Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT, não se responsabilizará pelo edital, documentos técnicos, planilhas, formulários e demais informações, obtidos ou conhecidos de forma ou em local diverso do disposto acima.



- 1.9. Este Edital e seus anexos foram devidamente analisados, aprovados e autorizados pelas autoridades competentes, bem como pela procuradoria Geral, conforme consta nos autos do processo administrativo indicado na capa deste edital.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 2.1. **Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria b, c, d, e), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.**

2.2. DESCRIÇÃO DOS ITENS, QUANTIDADES E VALOR DE REFERÊNCIA.

- 2.2.1. As especificações dos itens, quantidades e o valor de referência unitário estão descritos detalhadamente no Termo de Referência, Anexo I que faz parte integrante deste Edital, independente de transcrição.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, ACEITABILIDADE E REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, admitindo-se, como critério de aceitabilidade, preços não superiores aos de referência demonstrados no ANEXO I deste Edital, (Art. 40, X, do Lei nº. 8.666/93) observando-se o prazo para execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital e seus anexos. (Art. 4º, X, da lei nº 10.520/2002).

3.2. DO REGIME DE EXECUÇÃO/FORMA DE FORNECIMENTO

- 3.2.1. A futura contratada deverá prestar os serviços integral ou parceladamente, conforme solicitação de fornecimento expedida pelas Secretarias participantes, seguindo as condições e especificações constantes neste edital e seus anexos, consoante ao Art. 6º inciso VIII, alínea "a" da Lei nº 8.666/93.

4. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 4.1. O valor estimado totaliza a importância R\$ 391.317,30 (Trezentos e noventa e um mil, trezentos e dezessete reais e trinta centavos), e foi obtido com base nas cotações de preços realizada pela Secretaria Municipal de Administração do Município de Várzea Grande/MT em conformidade com a lei de licitações e normativas vigentes.
- 4.2. As dotações e recursos orçamentários constam no termo de referência anexo I do edital.

**5. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 5.1. Poderão participar deste PREGÃO PRESENCIAL os interessados que comprovarem por meio de documentação que a atividade da empresa é pertinente ao objeto desta licitação e que atendem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.
- 5.2. A participação na presente licitação implica na integral aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos, ressalvando-se o disposto no § 3º do art. 41 da Lei n.º 8.666/1993; e também nos seguintes compromissos:
- 5.3. Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Pregoeira.
- 5.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação, além daquelas pertinentes à legislação trabalhista e os respectivos recolhimentos dos encargos decorrentes.
- 5.5. Estarão aptas a participar da licitação, empresas estrangeiras, desde que autorizadas a funcionar no país e que detenham ramo de atividade pertinente ao objeto desta contratação.

5.6. A PARTICIPAÇÃO NESTA LICITAÇÃO SIGNIFICA:

- 5.6.1. Que a licitante e seus representantes leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos.
- 5.6.2. Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulamentam.
- 5.6.3. Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seu conteúdo, das condições de fornecimento ou participação.

5.7. NÃO PODERÁ PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO:

- 5.7.1. **Não poderão participar do presente certame as empresas que estejam incluídas como inidôneas ou com algum impedimento direto ou indireto, em um dos cadastros abaixo:**

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS da Controladoria Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>);
- b) Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União (<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5:0::NO::>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form);



- 5.7.2.** Pessoas físicas ou jurídicas suspensas e impedidas de participar de licitação e contratar com o Município de Várzea Grande, durante o prazo da sanção aplicada.
- 5.7.3.** Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.
- 5.7.4.** Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 5.7.5.** Poderão participar as empresas em processo de recuperação judicial, mediante apresentação do competente plano de recuperação devidamente aprovado e homologado pelo juízo (fase prevista no artigo 58 da Lei nº 11.101/05), de modo a comprovar sua capacidade econômica para participar do certame.
- 5.7.6.** Pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.
- 5.7.7.** Não poderão participar desta licitação, as empresas que tenham como sócio, gerente ou diretor, servidor público da ativa (este quando ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento) no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- 5.7.8.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 5.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 5.7.10.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 5.7.11. Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.**

Nota Explicativa: O presente edital não prevê as condições de participação de empresas reunidas em consórcio, visto que a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração, conforme art. 33, caput, da Lei 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção ou não seja sempre previamente justificada no respectivo processo administrativo, conforme entendimento dos Acórdãos de nº. 1.636/2006-P e 566/2006-P" - TCU AC nº. 2869/2012-Plenário (Item 1.7.1).

**5.8. Da participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

- 5.8.1.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos da Lei Complementar n. 123/2006.
- 5.8.2.** Não poderão se beneficiar do regime diferenciado e favorecido, as empresas que se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/06:
- 5.8.3.** As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 **DEVERÃO DECLARAR**, que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei e através da declaração e comprovação no momento da Habilitação, conforme **descrito no item 10.6.2.a do edital**.
- 5.8.4.** **A não apresentação do documento mencionado no item anterior configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.**
- 5.8.5.** **A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.**

6. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

- 6.1.** Às **09h00min (horário local)**, do **dia 19 de abril de 2023**, na sala de reuniões da SUPERINTENDÊNCIA DE LICITAÇÃO, localizada na SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, na Avenida Castelo Branco, Nº 2.500 - Bairro Centro Sul, Várzea Grande/MT terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e o recebimento dos Envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação.
- 6.2.** As propostas de preços e os documentos de HABILITAÇÃO deverão ser entregues ao Pregoeiro designado para condução deste processo, em envelopes separados, fechados, rubricados nos fechos e identificados da seguinte forma:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PREGÃO PRESENCIAL N.º XX/2023 ENVELOPE N.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS RAZÃO SOCIAL (DO LICITANTE) - C.N.P.J.: (DO LICITANTE)	PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE PREGÃO PRESENCIAL N.º XX/2023 ENVELOPE N.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO RAZÃO SOCIAL (DO LICITANTE) - C.N.P.J.: (DO LICITANTE)
--	---

- 6.3.** As licitantes deverão apresentar os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis.
- 6.4.** Os documentos enviados pelos correios ou transportadoras que chegarem após o prazo para recebimento dos envelopes, indicado neste edital e aviso de licitação, serão considerados



intempestivos e inválidos para a participação no certame, sendo isentas de responsabilidade a Prefeitura Municipal de Várzea Grande - MT e do Pregoeiro pelos eventuais atrasos e extravios.

- 6.5. Os envelopes recebidos pelo Pregoeiro antes do dia e horário marcados para a sessão pública serão rubricados e permanecerão lacrados até a sessão pública, quando poderão ser rubricados e vistos pelos demais licitantes e interessados, com a abertura de cada envelope no momento adequado.
- 6.6. Todos os envelopes, contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação, ficarão sob a guarda e tutela do Pregoeiro, que deverá zelar pela sua integridade e sigilo, até que sejam abertos e juntados nos autos do processo administrativo referente à esta licitação, ou devolvidos aos licitantes, nos termos deste Edital.
- 6.7. O Pregoeiro, não se responsabiliza pelo meio de entrega dos envelopes escolhido pelo licitante, que deverá tomar as medidas julgadas necessárias ao acompanhamento e protocolo dos documentos exigidos nesta licitação com prazo hábil a sua participação.
- 6.8. Em nenhuma hipótese serão recebidos os e Envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação posteriormente ao prazo limite estabelecido neste Edital.
- 6.9. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.
- 6.10. Para todos os atos pertinentes à presente licitação será considerado o horário vigente da Capital do Estado de Mato Grosso.
- 6.11. Se alguma data marcada, ou, de fim de contagem de prazos, coincidirem com decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público que impeça a realização de qualquer procedimento, este será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente e no mesmo horário.
- 6.12. Serão desconsiderados documentos de habilitação ou propostas de preços em correio eletrônico (e-mail), ou por qualquer outra forma diversa da prevista neste Edital.

7. DO CREDENCIAMENTO

- 7.1. Na data, hora e local designados para a sessão, os interessados deverão apresentar-se e identificar-se para o credenciamento perante à Pregoeiro.
- 7.2. O credenciamento é condição obrigatória para as manifestações dos representantes em relação à licitação no momento da sessão pública e demais atos do certame.
- 7.3. Para o credenciamento deverão ser apresentados **FORA** dos envelopes 01 e 02 os seguintes documentos em original, por qualquer processo de cópia autenticada por órgão competente ou



por Servidor da Superintendência de Licitação desde que presente os documentos originais, ou, por publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda em autenticação online.

7.3.1. Cópia da carteira de identidade ou outro documento de identificação com foto do representante legal.

7.3.2. Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, e suas alterações; ou o consolidado, devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial ou no órgão competente, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7.3.3. Caso seja procurador, além dos subitens 7.3.1 e 7.3.2, também deverá apresentar:

7.3.3.1. Cópia autenticada da cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial com foto, do outorgante e do outorgado,

7.3.3.2. Procuração pública ou particular (Esta última com firma reconhecida em cartório), com menção expressa à outorga de poderes para que possa se manifestar-se em nome do Licitante, formular propostas, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

7.3.3.3. Poderá ser usado alternativamente o **Termo de Credenciamento** conforme modelo no **Anexo VI** ao Edital, **em original**.

7.3.4. DECLARAÇÕES:

7.3.4.1. Declaração de enquadramento e requerimento do benefício do tratamento diferenciado para microempresas ou empresa de pequeno porte conforme exigível no § 2º do artigo 13º do Decreto Federal nº. 8.538/2015 que está apto a usufruir do tratamento favorecido, deverá apresentar a declaração de enquadramento em um dos dois regimes, conforme **Modelo Anexo IV** e deverá apresentar ainda:

7.3.4.1.1. CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL da Sede da Licitante, onde consta a opção de ME/EPP, ou, comprovante de OPÇÃO PELO SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

7.3.4.1.2. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

7.4. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante, e será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, respondendo, em todos os atos e para todos os efeitos, pelo representado.



- 7.4.1. O previsto no subitem anterior não exclui a possibilidade de tantos quantos outros integrantes ou representantes do licitante acompanharem as Sessões Públicas, para assistir o ato público, contudo apenas o credenciado da licitante será considerado o seu representante perante o pregoeiro.
- 7.5. A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, poderá importar o imediato descredenciamento, salvo autorização expressa do pregoeiro, o que **impossibilita o representante de praticar atos concernentes à licitação em nome da empresa licitante.**
- 7.6. A falta de credenciamento **impossibilita o representante de praticar atos concernentes à licitação em nome da empresa licitante**, ou seja, de participar da etapa de lances verbais, mas não de participar das sessões públicas de abertura dos envelopes.
- 7.7. O não credenciamento, inclusive por falta ou incorreção de documentos, não constituirá motivo para a inabilitação ou desclassificação de proposta da empresa interessada a participar desta licitação, contudo, restará vedado ao representante presente declarar a intenção de interpor ou de renunciar recurso administrativo, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos da licitação. Porém o representante presente poderá solicitar ao pregoeiro que o registre em ata como pessoa civil, para que possa ao final da sessão consignar em ata suas observações, rubricar documentos, bem como praticar os demais atos da licitação, enquanto não for regularmente credenciado.
- 7.8. A qualquer momento durante a fase do processo licitatório, o licitante poderá, justificadamente, substituir seu representante credenciado junto ao certame.
- 7.9. Em hipótese alguma serão aceitas desistências de licitantes e retirada de envelopes após o credenciamento.
- 7.10. O PREGOEIRO poderá fazer diligência junto ao CNAE (Cartão CNPJ) para comprovação da compatibilidade da atividade da empresa com o objeto do certame.

8. DA APRESENTAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE 01

8.1. DA APRESENTAÇÃO

- 8.1.1. A Proposta deverá ser impressa em papel timbrado, por processo mecânico ou informatizado, devidamente numerada, rubricada e assinada pelo titular da empresa ou representante legal, contendo obrigatoriamente as peças adiante relacionadas:
- a) Razão Social ou Denominação, CNPJ, endereço completo com indicação de telefone e “e-mail” e deverá ser assinada por Representante Legal ou Procurador devidamente estabelecido;
 - b) Número do Pregão Presencial;



- c) Descrição do objeto da presente licitação em conformidade com o ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- d) Valor total do objeto, expresso em moeda corrente nacional (real), conforme exemplificado no ANEXO II – PROPOSTA COMERCIAL CNPJ da proposta deverá ser o mesmo indicado nos documentos de habilitação.
- 8.1.2.** Para fins de emissão do documento contábil de liquidação, caso o concorrente seja matriz e o faturamento seja efetuado pela filial, ou vice-versa, é necessário que indique em sua proposta o número do CNPJ que constará da Nota Fiscal.
- 8.1.3.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 8.1.3.1.** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 8.1.3.2.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta vencedora, e caso persista o interesse no objeto licitado, a Administração poderá solicitar prorrogação dessa validade. A prorrogação de prazo de propostas somente será válida se houver aceitação expressa do licitante, documentada nos autos.
- 8.1.4.** Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, despesas administrativas, tributos diretos e indiretos, gastos com mão-de-obra (funcionários e de prestadores de serviço), salários, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas e seguros, gastos com fretes, locação de veículos, combustível, manutenção de veículos e equipamentos, gastos com hospedagem, alimentação, aquisição e locação de equipamentos, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos e quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto deste Ato Convocatório.
- 8.1.5.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita prestação dos serviços será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o concorrente pleitear acréscimo ou alteração.
- 8.1.6.** As empresas após a apresentação das propostas não poderão alegar preço inexequível ou cotação incorreta e deverão fornecer os produtos sem ônus adicionais.
- 8.1.7.** Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, que não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado da licitação;



- 8.1.8.** Cada licitante deverá apresentar somente, e obrigatoriamente, UMA PROPOSTA de preços neste certame, sendo vedada a participação na proposta de outra licitante, a qualquer pretexto.
- 8.1.9.** A Proposta de Preço apresentada e levada em conta para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do concorrente, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração não prevista neste Ato Convocatório.
- 8.1.10.** O concorrente deverá apresentar proposta firme e precisa, sem alternativas de valores ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 8.1.11.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 8.1.12.** Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Pregão e seus anexos, bem como, na legislação aplicável.

8.2. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.2.1.** O critério de julgamento da presente licitação é o previsto no art. 45, § 1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/1993, ou seja, **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo realizada a classificação das PROPOSTAS em ordem crescente dos Preços Unitários oferecidos e aceitáveis, nos termos deste Edital.
- 8.2.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 8.2.3.** Encerrada a etapa de negociação, O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 8.2.4.** As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos e que atendam às exigências do Instrumento Convocatório.
- 8.2.5.** Para as empresas não enquadradas como ME ou EPP, considera-se em igualdade de condições, como critério de desempate, as situações previstas no Art. 3º, § 2º da Lei 8.666/93.
- 8.2.6.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.2.7.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital e seus anexos, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

**8.3. DA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

8.3.2. Será considerada inexecutável as propostas finais que for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado para a contratação.

8.3.2.1. Caso a proposta a ser apresentada pelo concorrente tenha valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor estimado para cada item, definido no Item 6.1 do termo de referência, caberá ao licitante, sob pena de preclusão, apresentar a comprovação da viabilidade de sua proposta, através de planilha de composição dos preços observadas as despesas previstas no Item 8.1.4 deste edital, no prazo estipulado no item 8.4.2.

8.3.2.2. A composição de custos e insumos, de forma clara e inequívoca, inclusive com documentação fiscal de seus fornecedores, se for o caso, sob pena de desclassificação da proposta, por não comprovação de exequibilidade.

8.3.3. A comprovação da viabilidade da proposta de preço deverá demonstrar, de forma clara e inequívoca, a composição de cada preço, custo e insumo que compõe o valor de proposta financeira ofertada, acompanhada da memória de cálculo e, conforme o caso, dos correspondentes recibos, notas fiscais, orçamentos colhidos no mercado, inclusive em sites especializados na venda ou prestação dos serviços necessários à realização do objeto contratado, de forma que se demonstre, para cada despesa, seu real valor de mercado, e que resultaram no valor da Proposta de Preço do Participante.

8.3.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração. (Art. 48, II, Lei 8.666/93).

8.3.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências de classificação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade com o valor estimado para contratação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro ainda poderá negociar com a participante para que seja obtido preço melhor.

8.3.6. Após análise da comprovação de viabilidade de cada proposta, os Participantes serão informados do resultado na própria sessão, constando-se em Ata, dando-se continuidade ao certame.

8.3.7. Caso haja a suspensão da sessão para análise da comprovação de viabilidade de proposta apresentada, o Pregoeiro comunicará o resultado da análise por meio de comunicado publicado nos sites citados no preâmbulo deste Ato Convocatório.



- 8.3.8.** Erros formais no preenchimento da planilha ou da proposta de preços não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 8.3.9.** O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

8.4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL

- 8.4.1.** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar a proposta adequada ao último lance, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.
- 8.4.2.** O Pregoeiro PODERÁ solicitar ao licitante melhor colocado que no prazo de **48 (quarenta e oito) horas** apresente TABELA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTO dos serviços a serem executados tais como:
- a)** Custos diretos e indiretos,
 - b)** Tributos incidentes,
 - c)** Taxa de administração, serviços,
 - d)** Encargos sociais, trabalhistas,
 - e)** Seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- 8.4.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da ata de registro de preços ou contrato e aplicação de eventual sanção à empresa vencedora, se for o caso.

8.5. SÃO CAUSAS DE DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA, DENTRE OUTRAS:

- 8.5.1.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.5.2.** Apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes.
- 8.5.3.** Aquelas propostas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que apresentarem oferta de serviço, produtos ou materiais e equipamentos que não atenda às especificações mínimas exigidas, ou que seja de baixa qualidade forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 8.5.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



- 8.5.5.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9. DA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

9.1. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO

- 9.1.1.** As licitantes deverão apresentar os documentos de forma legível, com condição para análise inclusive os selos e autenticações que serão utilizados para autenticidades e diligências, deverão ainda encaminhar apenas os documentos estritamente necessários, evitando duplicidade e inclusão de documentos supérfluos ou dispensáveis e não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos, depois de entregues.
- 9.1.2.** Os documentos de habilitação deverão estar atualizados e com prazo vigente na data da sessão de abertura, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por órgão competente ou por Servidor da Superintendência de Licitação desde que presente os documentos originais, ou, por publicação em órgão de imprensa oficial ou ainda em autenticação online desde que contenham:
- a)** O “Selo Digital” para os documentos autenticados em cartório digital.
 - b)** Código de autenticidade e/ou protocolo para as certidões de expedição online.
 - c)** Assinatura digital para os documentos que houver necessidade de assinatura do responsável.
- 9.1.3.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.1.4.** Não serão aceitos protocolos de entrega, solicitações de documento ou comprovantes de pagamento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, e nem documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 9.1.5.** Os documentos apresentados para habilitação, sem disposição expressa do órgão expedidor quanto à sua validade terão o prazo de vencimento de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, exceto quanto aos documentos cuja validade é indeterminada, como é o caso dos atestados de capacidade ou responsabilidades técnicas;
- 9.1.6.** Serão aceitas certidões positivas com efeito negativo, para o presente certame.
- 9.1.7.** Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos. (Art. 16, Parágrafo único do Decreto 3.555/2000).



- 9.1.8. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.
- 9.1.9. Os documentos apresentados no Credenciamento (subitem "7" deste Edital) servirão para a Habilitação Jurídica e Declarações caso não apresentados, deverá estar no envelope de documentos de habilitação, sob pena INABILITAÇÃO.
- 9.1.10. A habilitação dos licitantes poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, desde que o licitante apresente o Certificado de Registro Cadastral Unificado, em todos os níveis ou a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 9.2.1. Para **comprovação da constituição da empresa**, deverá ser apresentado um dos seguintes documentos:
- a) No caso de **sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
 - b) No caso de **sociedade por ações**: Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhados de todas as alterações e/ou consolidação e comprovação da publicação no Diário Oficial dos atos constitutivos, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, bem como o Ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos no item anterior.
 - c) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
 - d) Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº. 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
 - e) Em se tratando de **Empresário Individual –EI** – Apresentar o registro mercantil no órgão do comercio.
 - f) No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº. 5.764, de 1971.



g) No caso de **empresa ou sociedade estrangeira**: Decreto de autorização para funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.6.1.2. Todos os documentos solicitados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.6.1.3. Todos os atos constitutivos apresentados deverão guardar similaridade entre o objeto social e o objeto da contratação, sob pena de inabilitação.

8.6.2. **Cópia da Cédula de Identidade dos responsáveis legais** da empresa (conforme o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor) ou outros documentos de identificação com foto; (Caso houver mais de um sócio, deverá ser encaminhado de todos os sócios).

9.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**).

9.3.2. Certidão de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).

9.3.3. Certidão de Regularidade relativa a débitos trabalhistas (**CNDT**), de acordo com a lei nº. 12.440 de 2011 e Resolução Administrativa 1.470, editada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) em 24 de agosto de 2011, ela poderá ser obtida gratuitamente nos sítios daquele tribunal (www.tst.jus.br), do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (www.csjt.jus.br), ou de qualquer Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

9.3.4. Inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

a) A comprovação de inscrição de contribuinte poderá se dar através de Alvará de Funcionamento.

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI, não será obrigatório à comprovação deste item.

9.3.5. Certidão de regularidade de débito com as fazendas e/ou Procuradorias:

9.3.5.1. **FEDERAL**: Certidão conjunta de Dívida Ativa da União e Regularidade de Tributos Federais, expedida pela Receita Federal;

9.3.5.2. **ESTADUAL**:

a) Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, expedida pela Agência Fazendária da Secretaria de Estado de Fazenda e/ou Finanças do domicílio tributário da licitante.

b) Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Geral do Estado do respectivo domicílio tributário da empresa.

9.3.5.3. **MUNICIPAL**:



- a) Certidão de Regularidade de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicílio tributário.
- b) Certidão de Regularidade de Dívida Ativa de competência da Procuradoria Municipal do respectivo domicílio tributário da empresa.

Nota: Em caso de as Certidões serem unificadas esta informação terá que estar explícita no documento ou o licitante deverá através de outro documento idôneo demonstrar que a certidão é de fato unificada.

9.3.6. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que está presente alguma restrição. (Art. 43 da lei 123/2006)

9.3.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital, e que encaminhe juntamente com sua documentação de habilitação declaração de solicitação de apresentação de documentação tardia, **conforme o Anexo V deste edital.**

9.3.7.1. A não apresentação do documento mencionado no item anterior configurará renúncia aos benefícios da citada legislação.

9.3.8. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista do item acima, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.3.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato a ser firmado, ou revogar a licitação.

9.3.10. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação e neste edital.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRA JUDICIAL expedida pelo distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

- a) Para as praças onde houver mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas tantas certidões quantos forem os cartórios, cada uma emitida por um distribuidor.



9.4.1.1. As empresas interessadas em participar do referido processo licitatório que estejam em processo de **RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL** deverão apresentar:

9.4.1.2. CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL expedida pelo órgão distribuidor da sede da licitante para este fim, datada de no máximo 90 (noventa) dias corridos anteriores à data de realização da sessão pública de processamento do presente pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

a) A certidão citada no item anterior deverá ser acompanhada de comprovação que seu plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, nos termos da legislação em vigor;

b) A empresa em recuperação judicial com plano de recuperação acolhido, como qualquer licitante, deve demonstrar os demais requisitos exigidos pela legislação vigente para a efetiva habilitação econômico-financeira.

9.4.2. BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE) DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, (art. 5º, § 2º do Decreto Lei nº 486/69) que comprovem a boa situação financeira da empresa, devidamente registrado ou arquivado na junta comercial, cartório ou Receita Federal (SPED ou ECD), juntamente com os Termos de Abertura e de Encerramento, fundamentado nos (arts. 1.181 e 1.184 § 2º da Lei 10.406/02, Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 2018/NBCTSP16).

a) O balanço quando escriturado em livro digital deverá vir acompanhado de "Termo de Autenticação – Registro digital".

b) O balanço quando escriturado em SPED, deve apresentar o recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, nos termos do Decreto 8.683/2016, desde que não haja indeferimento ou solicitação de providências;

c) Todas as folhas do balanço, DRE e Termos de Abertura e Encerramento, deverão conter o código do recibo de escrituração, para possível autenticação, para possível autenticação, conforme DECRETO 8.683/2016.

d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrado ou autenticado pela Junta Comercial da sede ou do domicílio da licitante inclusive contendo o carimbo e a assinatura do representante legal da empresa e do contador com seu respectivo nº. Do CRC (Conselho Regional de Contabilidade).

9.4.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa, devidamente assinada pelo representante da empresa e pelo contador, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral



(LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável à Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.4.3.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea "a", deverão comprovar, o patrimônio líquido, no valor mínimo de 10% (dez por cento) da proposta apresentada com vistas a ulterior contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. (§3º e §5º do artigo 31 da Lei 8.666/93).

9.4.3.2. As empresas que **estiveram inativas/sem movimento** no período exigível (ano calendário) deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal (DEFIS OU DCTF), apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.

9.4.3.3. As microempresas e as empresas de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas no art. 34 da Lei nº. 11.488/07, estão dispensadas do balanço patrimonial apenas para fins fiscais. Assim, para a presente licitação, **é OBRIGATORIA** a apresentação desta peça.

9.4.3.4. **Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI estão dispensadas da apresentação do balanço patrimonial.**

9.4.3.5. **NÃO serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em "Livro Diário", parte em "Registro Digital" ou parte em "ECD" ou "SPED". Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.**

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1. Prova de credenciamento no órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;



- 9.5.2.** Certificação para realizar cursos teórico -técnico e / ou prática de Direção veicular para as categorias A, B, C, D, e E.
- 9.5.3.** Prova que dispõe de veículo automotor da categoria de habilitação pretendida pelo beneficiário, exceto para CFC categoria A;
- 9.5.4.** Prova que não estejam impedidos ou suspensos para o exercício das atividades pertinentes;
- 9.5.5.** A responsabilidade é da empresa licitante pela autenticidade da documentação solicitada no item acima, artigos 297 a 301 do Código Penal.

9.6. DECLARAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 9.6.1.** Visando garantir a qualidade dos produtos, deverá ser apresentado juntamente com a documentação de habilitação, uma planilha ponto a ponto com os seguintes documentos.
- 9.6.1.1.** Manual/Catálogo/folders técnicos, emitidos pelos fabricantes dos equipamentos e softwares, preferencialmente com desenho ilustrativo do respectivo item, referente aos produtos cotados, com as características que atendam a todas estas especificações técnicas para avaliação da Secretaria Municipal de Administração, demonstrando a adequação dos equipamentos ofertados pelo licitante às especificações requeridas no Termo de Referência.
- 9.6.1.2.** Caso alguma (s) especificação (ões) técnica (s) não seja (m) contemplada (s) nos catálogos técnicos, deverá (ão) ser anexada (s) ao (s) mesmo (s) declaração (ões) do (s) fabricante (s) ou do (s) representante (s) legal (ais) do (s) fabricante (s) no Brasil, completando estas especificações.
- 9.6.1.3.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não apresente o ponto a ponto indicando a comprovação de atendimento as especificações através dos manuais, catálogos, folders técnicos e ou declaração do fabricante do produto, a mesma será desclassificada devendo ser convocada a próxima licitante classificada no respectivo item, e assim sucessivamente.
- 9.6.1.4.** Caso a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar não atenda às especificações previstas neste termo de referência, a mesma será desclassificada devendo ser convocada a próxima licitante classificada no respectivo item, e assim sucessivamente.
- 9.6.2.** Apresentar declarações expressas assinada em original, conforme modelo do Anexo III deste Edital.
- 9.6.3.** **A microempresa ou empresa de pequeno porte** que optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal n.º 123/2006, LC 147/2014 deverá apresentar:
- a) Declaração de enquadramento e requerimento do benefício do tratamento diferenciado para microempresas ou empresa de pequeno porte** conforme exigível no § 2º do artigo 13º



do Decreto Federal nº. 8.538/2015 que está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos, deverá apresentar a declaração de enquadramento em um dos dois regimes, conforme modelo do **Anexo IV ao Edital**, em original.

b) Declaração de requerimento para usufruir benefício da documentação tardia, somente para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que porventura estiverem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, conforme modelo do **Anexo V** ao Edital, em original.

c) CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL da Sede da Licitante, onde consta a opção de ME/EPP, ou, comprovante de OPÇÃO PELO SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal.

9.6.4. A não apresentação de qualquer uma das declarações das alíneas a e b do item anterior configurará renúncia expressa e consciente aos benefícios da citada legislação, desobrigando o Pregoeiro da aplicação dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicável ao presente certame.

9.6.5. A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

9.6.6. Todas as Declarações deverão estar assinadas por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da empresa, devidamente identificado.

9.6.7. A confirmação será através dos documentos apresentados para o credenciamento ou pelos documentos de habilitação do Edital, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.7. DA ANÁLISE e JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.7.1. Encerrada a etapa de lances, **o Pregoeiro analisará os documentos de habilitação**, e como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a)** Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.
- b)** Raio X do fornecedor (<http://painelcompras.economia.gov.br/fornecedores/pesquisa>)
- c)** Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas - CGE/MT(<http://www.controladoria.mt.gov.br/ceis>)
- d)** Cadastro de pessoas proibidas de contratar com a Adm. Pub. pelo Poder Judiciário (<https://jurisdicionado.tce.mt.gov.br/conteudo/index/sid/589>)



- 9.7.1.1.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº. 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.7.1.2.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.7.1.3.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.7.1.4.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.7.1.5.** Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório.
- 9.7.2.** Aquele que ensejar declaração falsa, ou que dela tenha conhecimento, nos termos do artigo 299 do Código Penal, ficará sujeito às penas de reclusão, de um a cinco anos, se o documento é público, reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular, independente da penalidade estabelecida no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02.
- 9.7.3.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, **vedada** a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação, conforme art. 43, § 3º, Lei nº. 8.666/93.
- 9.7.4.** Será inabilitado sumariamente o licitante que quando convocado, não atender ao solicitado em fase de diligências ou ainda quando constatando através dos documentos apresentados o não atendimento ao estabelecido na convocação.
- 9.7.5.** Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o pregoeiro considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.
- 9.7.6.** Na análise e julgamento dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.7.7.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresenta-los em desacordo com o estabelecido neste



Edital, salvo as situações que ensejarem a aplicação da Lei Complementar 123/2006, ou ainda, quando convocado, não atender ao solicitado em fase de diligências.

- 9.7.8.** Se o licitante desatender às exigências habilitatórias o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.7.9.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.7.9.1.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.7.10.** O pregoeiro poderá encaminhar as propostas de preços e os documentos de qualificação técnica da habilitação, para serem analisados pela equipe técnica responsável pela elaboração do Termo de referência, a qual emitirá parecer técnico conclusivo acerca da compatibilidade da proposta com o preço ofertado bem como com as especificações técnicas do objeto, para subsidio de aceitabilidade da mesma.
- 9.7.11.** O pregoeiro também poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 9.7.12.** O resultado do julgamento estará à disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório.
- 9.7.13.** Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo, conforme disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e art. 7º da Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.
- 9.7.14.** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame, salvo se ocorrer a exigência da amostra, a sessão será suspensa para encaminhamento da mesma.

10. DA SESSÃO

- 10.1.** No dia, horário e local descrito no preâmbulo deste Edital, a equipe de apoio juntamente com o pregoeiro receberá os envelopes de proposta de preços e habilitação e posteriormente iniciará o credenciamento dos interessados em participar do certame



- 10.1.1.** Expirado o horário estipulado para entrega, não será recebido qualquer envelope, quer seja referente à Proposta Financeira ou à Habilitação.
- 10.1.2.** Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.
- 10.1.3.** O Pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, suspender as sessões públicas da licitação, convocando os licitantes, na forma prevista em Lei e neste Edital, para se apresentarem em outro horário ou data.
- 10.2.** Analisados os credenciamentos nos termos do item 07 deste edital, a equipe de apoio fará o lançamento no sistema de gestão para posterior emissão da ata, os nomes dos representantes legais ou procuradores das Licitantes interessadas em participar do certame, e após, o Pregoeiro submeterá a documentação ao exame e rubrica de todos os proponentes.
- 10.3.** Após a fase de credenciamento, será aberto **os Envelopes n.º 01 – PROPOSTA DE PREÇOS.**
- 10.3.1.** O pregoeiro passará a análise das propostas de preços, e passará a equipe de apoio para lançamento no sistema de gestão para posterior emissão da ata, após o Pregoeiro submeterá as propostas ao exame e rubrica de todos os proponentes. O Pregoeiro, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.
- 10.3.2.** Na análise das propostas, o Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital.
- 10.3.3.** No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 10.3.4.** As propostas que atenderem aos requisitos do edital, no exame de conformidade conforme estabelecidos no item 12, serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 10.4.** Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores à daquele;
- 10.5.** Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida no subitem acima "a) " serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três) preços. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de Licitantes.



- 10.5.1.** O pregoeiro poderá convocar todos os representantes das empresas que estiverem com as propostas corretas, para participarem da etapa de lances verbais, aplicando dessa forma as normas disciplinadoras da licitação sempre **interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, priorizando o princípio da economicidade**, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.6. DOS LANCES E DA NEGOCIAÇÃO

- 10.6.1.** Os licitantes cujas propostas forem classificadas serão convocados, individualmente, para a apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, iniciando-se pelo autor da proposta de maior valor seguindo-se as demais em ordem decrescente de valor.
- 10.6.2.** Não poderá haver desistência de lances apresentados.
- 10.6.3.** A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da proponente das rodadas posteriores de oferta de lances verbais, ficando sua última proposta registrada para efeito da classificação definitiva ao final do pregão.
- 10.6.4.** O encerramento da etapa de lances dar-se-á quando convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 10.6.5.** Após a fase de lances, se configurará "empate ficto" quando houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta de uma empresa comum.
- 10.6.6.** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital, passará a ser a vencedora.
- 10.6.7.** Havendo outras licitantes que se enquadram na condição prevista no item 8.4.5 estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 10.6.8.** Ocorrendo hipótese de igualdade entre propostas de maior valor, sem oferecimento de lances verbais, o pregoeiro realizará simples sorteio para efetuar a classificação das propostas.
- 10.6.9.** Se não forem ofertados lances verbais, será verificada a conformidade entre a melhor proposta escrita e o valor praticado no mercado, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente.
- 10.6.10.** A análise, aceitabilidade e julgamento das propostas serão analisados conforme especificado no item 12 deste edital.
- 10.7.** Após a fase de lances de negociações, será aberto **os Envelopes n.º 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, dos licitantes classificados em primeiro lugar da etapa de lances.



- 10.7.1.** Após a abertura dos Envelopes de “Documentação de Habilitação”, o Pregoeiro submeterá a documentação neles contidos ao exame e rubrica de todos os proponentes.
- 10.7.2.** O Pregoeiro analisará toda documentação apresentada pelos licitantes, referente a esta fase processual, conforme estabelecidos no item 12 deste edital, contudo o Pregoeiro poderá suspender a sessão para analisar os documentos apresentados em sessão interna, publicando o resultado na forma da lei e abrindo o prazo recursal. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e permanecerão em poder deste, até que seja concluída a fase de habilitação.
- 10.7.3.** Os documentos de qualificação técnica da habilitação, as propostas de preços e planilhas anexas, serão analisados pela equipe técnica da Secretaria Municipal de SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO a qual emitirá **parecer técnico conclusivo acerca da aceitabilidade.**
- 10.8.** Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

11. DA AMOSTRA

11.1. NÃO SERÁ EXIGIDO AMOSTRAS PARA ESTE PROCESSO.

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1.** No final da sessão pública, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção com registro em ata da síntese das suas razões, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 12.2.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informando à autoridade competente.
- 12.3.** A alegação de preço inexequível por parte de uma licitante com relação à proposta de preços de outra licitante, deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.
- 12.4.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos procedimentos praticados, a autoridade competente homologará à adjudicatária para determinar a contratação.



- 12.5.** O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.6.** Na ocorrência de manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e legislação vigente.
- 12.7.** Os autos do processo permanecerão com vistas e/ou cópia franqueada aos interessados na Superintendência de Licitações, em dias úteis, das 08h00min às 17h00min, conforme disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e art. 7º da Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.
- 12.8.** A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1.** Julgadas e classificadas as propostas pelo Pregoeiro, e julgados os recursos quando houver, o processo será encaminhado para parecer e homologação da Procuradoria Geral do Município, estando processo apto para a homologação, o ordenador de despesa indicado no item 1.1 deste edital, ou a quem por ele legalmente delegado, incumbirá:
- a)** Determinar a emenda de irregularidade sanável se houver, no processo licitatório.
 - b)** Revogar a licitação, se for o caso e na forma justificada expressamente, sob razões de conveniência ou oportunidade, em razão do interesse público, também justificado; ou ainda;
 - c)** Anular a licitação, se for o caso, por vício comprometedor da legalidade do certame, em ambas as hipóteses, procedendo-se nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/1993.
 - d)** Homologar o procedimento licitatório e o resultado do certame, não existindo as hipóteses dos incisos anteriores no caso.
 - e)** Adjudicar o objeto da licitação, declarando por ato formal o licitante vencedor.
- 13.2.** Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto, após o parecer da procuradoria Geral, e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação.
- 13.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**14. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 14.1.** Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis ((art. 13 do Decreto 7.892/2013) contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 14.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 3 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 14.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante (s) vencedor (s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
- 14.3.1.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem nos autos do processo licitatório.
- 14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do (s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 14.5.** Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 11, II, do Decreto nº. 7.892/2013).
- 14.5.1.** O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas de cancelamento da ata. (Art. 11, § 1º, do Decreto nº. 7.892/2013).
- 14.6.** A ata de Registro de Preços assinada pelo licitante vencedor, estará disponível no site da Prefeitura de Várzea Grande, portal de licitações, no mesmo link onde é retirado o edital. (Art. 11, III, do Decreto nº. 7.892/2013).
- 14.7.** Quando o licitante convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, será convocado os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, conforme preceitua o art. 13, Parágrafo Único do Decreto 7.892/2013.



- 14.8. Se o licitante vencedor se recusar a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada as sanções previstas neste edital, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes conforme preceitua o Decreto 7.892/2013, no Parágrafo Único do artigo 14.
- 14.9. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art. 16 do Decreto 7.892/2013).

14.10. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.10.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do registro de preços, mediante prévia consulta ao do órgão gerenciador, conforme as regras estabelecidas no Artigo 1º do Decreto Municipal nº. 54/2019 que altera o artigo 53 §1º do Decreto Municipal nº. 09/2010.
- 14.10.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme Artigo 1º do Decreto Municipal nº. 54/2019 que altera o artigo 53 §2º do Decreto Municipal nº. 09/2010.
- 14.10.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes conforme preceitua o Artigo 1º do Decreto Municipal nº. 54/2019 que altera o artigo 53 §3º do Decreto Municipal nº. 09/2010.
- 14.10.4. As ADESÕES à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao **quintuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem conforme preceitua o no Artigo 1º do Decreto Municipal nº. 54/2019 que altera o artigo 53 §4º do Decreto Municipal nº. 09/2010.
- 14.10.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme preceitua o art. 22, §6º do Decreto 7.892/2013.
- 14.10.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (Art. 22, §7º do Decreto 7.892/2013).



14.11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.11.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação, vedada sua prorrogação. (Art. 12 do Decreto 7.892/2013).

14.12. Todas as demais regras referentes a especificações pertinentes exclusivamente a Ata de Registro de Preços, são as estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I e na Minuta da Ata - Anexo VII deste Edital.**

15. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 15.1. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, especialmente as descritas **no Anexo VII – MINUTA DE CONTRATO do Edital.**
- 15.2. O não atendimento à convocação para assinatura do CONTRATO, ou a sua recusa injustificada em assiná-lo no prazo estipulado, sujeitará o infrator às penalidades legais, sem prejuízo de qualquer outra prevista neste edital, no contrato e na legislação aplicável ao caso.
- 15.3. Por ocasião da assinatura do contrato, a licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.4. Este Edital e seus elementos constitutivos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante do Contrato a ser firmado entre as partes, independentemente de transcrição.
- 15.5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 15.6. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 15.7. Todas as regras referentes a especificações pertinentes exclusivamente ao contrato, são as estabelecidas no **Termo de Referência – Anexo I e na Minuta do Contrato – Anexo VIII a este Edital.**



16. DO PRAZO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 16.1. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da ordem de fornecimento, para agendar a data, horário e local onde ministrará o curso;
- 16.2. O curso deverá ser ministrado pelo corpo técnico da empresa, devendo ser abordado de forma clara todo o conteúdo programático indicado pelo DETRAN/MT;
- 16.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do serviço prestado.
- 16.4. Local, data e horário para ministração da atualização do curso será agendado com a empresa em memento apropriado, de forma que não prejudique o horário de serviço dos motoristas que serão capacitados.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atestado da nota fiscal. A contratada deverá no ato de apresentação da nota fiscal, durante a vigência do contrato, apresentar todas às certidões de regularidade (Municipal, Estadual, União, Trabalhista).
- 17.2. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
- 17.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração nos termos da Lei nº 12.486 de 2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos, a Contratada que:
 - a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;



- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.2. Ficará **impedido de licitar** e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta aquele que:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- IX - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

18.3. As sanções descritas no item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

18.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: (Art. 87, da lei 8.666/93).

18.4.1. DA ADVERTÊNCIA (Art. 87, I da lei 8.666/93).

18.4.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratados, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão



temporária ou inidoneidade;

- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;
- d) Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis.

18.4.2. DA MULTA (Art. 87, II, da lei 8.666/93).

18.4.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93)**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
- b) O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor constante no contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;
- d) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual exceto prazo de entrega;

18.4.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

18.4.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;

18.4.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

18.4.3. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS. (Art. 87, III da lei 8.666/93).

18.4.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;



18.4.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

- I. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;
- II. Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

b) Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

- I. Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;
- II. Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;
- III. Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;
- IV. Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

18.4.4. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Art. 87, IV da lei 8.666/93).

18.4.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicado com base no inciso anterior.

18.4.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

- a)** Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)** Prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

18.4.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

- a)** Praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;
- b)** Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
- c)** Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos



serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas previstas neste Edital, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18.5. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf e no site institucional.

18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

19.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este edital (art. 12 Decreto Federal 3.555/2000).

19.2. Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer dentro do prazo citado no item 20.1.

19.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregaovg@hotmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Superintendência de Licitações da Prefeitura Municipal de Várzea Grande, nos dias úteis das 08h00min às 17h00min.

19.4. Caberá ao pregoeiro responder aos pedidos de esclarecimentos e de impugnação no prazo de 24hs (vinte e quatro horas), contado da data de recebimento, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos. (Art. 12, §1º do Decreto Federal 3.555/2000).

19.5. A decisão do julgamento da impugnação será disponibilizada no sítio oficial do MUNICÍPIO, www.varzeagrande.mt.gov.br.

19.6. As respostas aos pedidos de impugnação que alterarem ou modificarem substancialmente o Edital, ou ainda, se a Secretaria vislumbrar a necessidade de adequar o referido instrumento por iniciativa própria, será feito mediante Termo de Retificação que será comunicado na imprensa oficial, a qual poderá alterar a data de abertura da licitação a partir da necessidade de adequações para apresentação de documentação e propostas, recontando-se o prazo, conforme o caso.

19.6.1. Qualquer modificação nos documentos que compõe o Edital e seus anexos que, inquestionavelmente, não venham afetar a formulação das propostas, será divulgada pela mesma forma que se deu o Edital, mantendo-se o prazo inicialmente estabelecido para abertura do certame.



- 19.7.** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. (Art. 41, § 3º da Lei nº. 8.666/1993.)
- 19.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento e ainda só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.9.** Somente o Pregoeiro está autorizado a prestar oficialmente informações ou esclarecimentos a respeito desta Licitação. As eventuais informações de outras fontes não deverão ser consideradas como oficiais, não estando a Administração responsabilizada por quaisquer circunstâncias decorrentes da observação de informações prestados por terceiros.
- 19.10.** A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02 e legislação vigente.
- 19.11.** Quem impedir, perturbar ou fraudar, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção, de 2 (dois) a 3 (três) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 19.12.** Os autos do processo permanecerão com vistas e/ou cópia franqueada aos interessados na Superintendência de Licitações, nos dias úteis das 08h00min às 17h00min, conforme disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993 e art. 7º da Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527 de 18 de novembro de 2011.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 20.1.** Em nenhuma hipótese a licitante poderá alegar desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe relativo a execução do objeto, responsabilizando-se por qualquer ônus decorrentes desses fatos.
- 20.2.** Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.3.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do TERMO DE REFERENCIA.
- 20.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (Art. 4º, Parágrafo único do Decreto 3.555/2000).



- 20.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.7.** Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.8.** Os casos omissos do presente edital serão solucionados pelo Pregoeiro de acordo com as Leis vigentes.
- 20.9.** Os projetos, as especificações e toda a documentação relativa a esta licitação e ao seu respectivo objeto são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento será considerado especificado e válido, ainda que não seja expressamente mencionado em outro documento.
- 20.10.** Os estudos e levantamentos prévios realizados pela Administração ficarão à disposição dos licitantes e demais interessados junto à Pregoeiro.
- 20.11.** A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 21.1.** Assegura-se ao Município de Várzea Grande o direito de:
- 21.1.1.** Adiar a data da sessão pública.
- 21.1.2.** Paralisar ou suspender, em qualquer tempo, a execução do objeto desta licitação, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços e etapas já realizados.
- 21.1.3.** Revogar a presente licitação por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá;
- 21.1.4.** Anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.
- 21.2.** A anulação do procedimento induz a do contrato; (Art. 18, §1º do Decreto nº. 3.555/2000).



- 21.3.** Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

22. DO FORO

- 22.1.** As partes Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT s elegem o foro de Várzea Grande - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

<u>ANEXO I</u>	TERMO DE REFERÊNCIA
<u>ANEXO II</u>	MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
<u>ANEXO III</u>	MODELO DECLARAÇÕES CONSOLIDADA
<u>ANEXO IV</u>	DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
<u>ANEXO V</u>	DECLARAÇÃO USUFRIUR BENEFICIO DOCUMENTAÇÃO TARDIA
<u>ANEXO VI</u>	MODELO FICHA CADASTRAL
<u>ANEXO VII</u>	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
<u>ANEXO VIII</u>	MINUTA DO CONTRATO

Várzea Grande/MT, 30 de março de 2023

Osvaldo Botelho de Campos

Secretário Municipal de Administração

Várzea Grande/MT

**Original assinado nos autos do processo*

**ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA**

TERMO DE REFERÊNCIA PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE		
TERMO DE REFERÊNCIA		N.10/2023
Número do Processo 872160/2023	Itens Exclusivos ME/EPP? ☐ Sim ☒ Não	Reserva de quota ME/EPP? ☐ Sim ☒ Não
Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria B,C,D,E), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.		
Valor total estimado R\$ 391.317,30	Vistoria? ☐ Obrigatória ☐ Facultativa ☒ Não se aplica	Amostra/Demonstração? ☐ Sim ☒ Não
Admite subcontratação ☐ Sim ☒ Não		
Modalidade - Pregão ☐ Eletrônico ☒ Presencial	SRP? ☒ Sim ☐ Não	Adjudicação ☐ Global ☐ Item ☒ Lote
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO		
Requisitos 1. Habilitação Jurídica 2. Regularidade Fiscal e Trabalhista 3. Qualificação Econômico-Financeira 4. Qualificação Técnica 5. Documentos Complementares		
JUSTIFICATIVA NÃO APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR 147/2014		
A Lei Complementar nº 123/2006, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos artigos 47 e 48. Vejamos: Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:		



II - Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos [arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48."

No caso em tela, a reserva de cota para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a administração pública, pois representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

O artigo 49, inciso III, reserva duas conjunturas: o efeito negativo em razão da ampliação dos custos; e, o risco de se ter uma pluralidade de sujeitos executando o objeto.



TERMO DE REFERÊNCIA Nº10/2023

1. DA SECRETARIA GESTORA

Secretaria Municipal de Administração.

1.1. DAS DEMAIS SECRETARIAS

Secretaria Municipal de Assistência Social,

Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação,

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável,

Secretaria Municipal de Defesa Social,

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,

Secretaria Municipal de Saúde,

Secretaria Municipal de Viação e Obras,

Procuradoria Geral do Município,

1.2. DOS SECRETÁRIOS

Osvaldo Botelho de Campos

Ana Cristina Vieira e Silva,

Célio Dos Santos,

Silvio Aparecido Fidélis,

Ricardo Azevedo Araújo,

Alessandro Ferreira da Silva,

Gonçalo Aparecido de Barros,

Luiz Celso Moraes de Oliveira,

Jomas Fulgêncio de Lima Júnior;

2. DA CI DE ORIGEM Nº129/SUPCOMP/2022

DATA: 15/09/2022



3. OBJETO ESPECÍFICO

Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria B, C, D, E), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

4. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação se torna necessária em virtude do atendimento das normas regulamentares da resolução nº 789 de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que dispõe sobre o processo de formação, especialização e habilitação de condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros, de transporte escolar e veículos de emergência, dentre outras modalidades. Portanto diante de tal exigência e com a finalidade de aperfeiçoar, instruir, qualificar e atualizar os servidores públicos deste município que ocupam o cargo de motorista e conduzem veículos com tais características é necessária a contratação de empresa especializada para ministrar cursos de especialização para que os serviços prestados pelo município possam tenham maior segurança e qualidade. A contratação de empresa especializada para ministrar cursos de especialização para que os serviços que são prestados pelo município possam ter maior segurança e qualidade é de suma importância manter os profissionais do quadro efetivo do município devidamente capacitados.

E conforme o artigo 145 do código de trânsito Brasileiro, todos os condutores de transporte Escolar, passageiros, e Emergência devem obrigatoriamente realizar os cursos especializados.

Justificativa para a sua realização

Aperfeiçoar, instruir, qualificar condutores que exercem atividade remunerada e conduzindo os tipos de veículos aos quais os cursos se referem, sendo obrigatórios para estes condutores.

- a) Permanecer atento ao que acontece dentro do veículo e fora dele;
- b) Agir de forma adequada e correta no caso de eventualidades, sabendo tomar iniciativas quando necessário;
- c) Relacionar-se harmoniosamente com usuários por ele transportados, pedestres e outros condutores;
- d) Proporcionar segurança aos usuários e a si próprio;
- e) Conhecer e aplicar preceitos de segurança e comportamentos preventivos, em conformidade com o tipo de transporte e/ou veículo;
- f) Conhecer, observar e aplicar disposições contidas no CTB, na legislação de trânsito e legislação específica sobre o transporte especializado para o qual está se habilitando;



- g) Realizar o transporte com segurança de maneira a preservar a integridade física do passageiro, do condutor, da carga, do veículo e do meio ambiente;
- h) Conhecer e aplicar os preceitos de segurança adquiridos durante os cursos ou atualização fazendo uso de comportamentos preventivos e procedimentos em casos de emergência, desenvolvidos para cada tipo de transporte.

4. 1. DA FORMA DE EXECUÇÃO

A empresa Contratada deverá prestar os serviços, conforme autorização de fornecimento expedida pela Secretaria de Administração, seguindo as condições e especificações constantes no item 06 deste Termo, consoante ao Art. 6º inciso VIII - Execução indireta - empreitada por preço unitário.

4.2. DA MODALIDADE PRESENCIAL

A modalidade licitatória denominada Pregão, instituída pela Lei 10.520/2002 para vigor no âmbito da União, Estados e Municípios, é faculdade trazida pela lei aos administradores públicos com fins de tornar mais ágil e eficaz os procedimentos administrativos licitatórios para aquisição de bens e serviços comuns.

Por se tratar de serviços indispensável para o bom andamento do trabalho e de serviços essenciais, como educação, segurança, tributos, relacionados diretamente ao atendimento da população municipal, faz-se necessária a utilização da presente licitação de modo presencial, este inibindo a apresentação de propostas insustentáveis que atrasariam os procedimentos da modalidade eletrônica, e que aumentariam seus custos. Há diversas vantagens na utilização da forma presencial do pregão sobre a eletrônica, dentre as quais: a possibilidade de esclarecimentos imediatos durante a sessão a facilidade na negociação de preços, na verificação das condições de habilitação e na execução das propostas. A opção pelo pregão presencial decorre de prerrogativa de escolha da Administração fixada pela Lei nº 10.520/02, é devido ser objeto da aquisição considerado "materiais comuns". Observamos, no entanto, seu inviável o uso na forma eletrônica, pois sugere alta incidência de licitantes que não preenchem as condições de habilitação ou não sustentam suas propostas. E também, não produz alteração no resultado final do certame, pelo contrário, permite maior redução de preços em vista da interação do pregoeiro com os licitantes.

Diante do exposto, justificamos a realização da abertura de processo licitatório na Modalidade Pregão Presencial, conforme termo de referência, que segue.

4.3. DO LOTE

Tendo em vista que o caso que ora se apresenta tem por objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de



condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria b,c,d,e), para atender as necessidades Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

O não parcelamento do objeto em itens, nos termos do art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/1993, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. O agrupamento dos itens em lotes faz-se necessário haja vista a complexidade do objeto, a eficiência na fiscalização de um único ata/contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de várias empresas para a entrega dos materiais. Assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por lotes.

Some-se a isso a possibilidade de estabelecer, recurso compatíveis para gerenciamento do serviço padronizado, diretamente ligado à qualidade e eficiência do serviço prestado, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

Impondo-se a necessidade inarredável de um procedimento licitatório ao mesmo tempo célere e capaz de suprir as necessidades deste ente municipal onde ainda está carente de profissionais altamente qualificados.

Diante desse quadro é que entendemos ser o pregão a modalidade cabível e mais adequada aos interesses da administração no atual momento, permitindo o acirramento da competição pelo menor preço em favor da Administração Pública.

Considerando as quantidades de objetos em comum a serem licitados, será mais vantajoso para a Prefeitura Municipal de Várzea Grande o agrupado em lotes por seguimentos, pois facilitará ao fiscal do contrato fazer uma gestão mais detalhada e com mais segurança, evitando assim uma demanda muito grande de várias contratações e aquisições a serem fiscalizados, dando maior celeridade na entrega dos materiais solicitados, proporcionando o bom andamento dos serviços e evitando sua interrupção, devido o atraso na entrega. Ademais, o processo agrupado em lotes objetiva mesmo padrão de qualidade e o menor custo do fornecimento, o que demonstra a vantajosidade para o Município.

Sagrar-se-á vencedor da fase de lances quanto aos lotes o licitante que obtiver o menor valor global do lote desde que o preço unitário de cada item esteja menor que o preço unitário estimado máximo pela Administração.



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

6.DA DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES DO LOTE ÚNICO

Item	Código TCE	Especificação	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	333963-7	Curso para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros	Unidade Código: 1	184	R\$342,5000	R\$63.020,0000
2	217307-7	Curso para condutores de veículos de transporte de escolar,,	Unidade Código: 1	164	R\$347,7600	R\$57.032,6400
3	297877-6	Curso para condutores de veículos de emergência	Unidade Código: 1	232	R\$361,2500	R\$83.810,0000
4	00075682	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de passageiros (categoria b).	Unidade Código: 1	174	R\$375,0000	R\$65.250,0000
5	00075681	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte coletivo de passageiros.	Unidade Código: 1	182	R\$270,0000	R\$49.140,0000
6	00075684	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte de emergência.	Unidade Código: 1	122	R\$257,5000	R\$31.415,0000
7	00075683	Curso de ATUALIZAÇÃO para condutores de veículos de transporte escolar.	Unidade Código: 1	153	R\$272,2200	R\$41.649,6600
Valor Total do Lote R\$ 391.317,30						

7 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**7.1. PRÉ-REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO POR CATEGORIA**



a) TRANSPORTES DE PASSAGEIROS (CATEGORIA B)

1. -ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "B";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

b) TRANSPORTE ESCOLAR

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

c) TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado em uma das categorias "A", "B", "C", "D" ou "E";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

d) TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.



7.2. Conteúdo Base das disciplinas:

1. -Legislação de Trânsito
2. -Direção Defensiva
3. -Noções de Primeiros Socorros e Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social
4. -Relacionamento Interpessoal

7.3. MÉTODO DE ENSINO TRADICIONAL E OU TELEPRESENCIAL:

1. -Aula presencial ou online com Apostila para cada tipo de curso especializado;
2. -Apresentação com slides;
3. -Vídeos de problemas recorrentes da atualidade;
4. -Provas referente a cada módulo.

7.4. FREQUÊNCIA

1. Para fins de comprovação da frequência do aluno matriculado nos cursos, a instituição realizará o controle diário de presença, através de lista de frequência dos alunos, na qual o aluno deverá assinar tal qual consta da sua Carteira Nacional de Habilitação.
2. Para fins de aprovação nos cursos, bem como para a homologação de certificados, será exigido o percentual de 100% de frequência às aulas.

7.5. CERTIFICAÇÃO

1. Ao final do curso, com 03 (três) dias emitiremos a Declaração de Conclusão, após 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias úteis conforme o prazo para a homologação do DETRAN o certificado estará disponível para retirada;
2. Com o curso lançado no sistema o condutor terá que ir até o DETRAN mais próximo e realizar a prova para a validação do curso.

7.6. PROGRAMAÇÃO: CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS;

7.6.1. ESTRUTURA DOS CURSOS:



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

CURSOS	CARGA HORÁRIA	MÓDULOS	LEGISLAÇÃO
Capacitação Escolar	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - Legislação específica sobre transporte de escolares; - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares; - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares. *<u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; *<u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros.</u>	Capítulo XIV - DA HABILITAÇÃO Art. 145 Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos: I - ser maior de vinte e um anos; II - estar habilitado: a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E; III - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses; (Redação do inciso III dada pela Lei n. 14.071/20, em vigor a partir de 12ABR21) IV - ser aprovado em



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		<u>Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social -</u> <u>10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito; - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima, (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente; - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade; - relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. *Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições);	curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN. § 1º A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III. (Incluído, como parágrafo único, pela Lei nº 12.619, de 2012; e renumerado para § 1º, pela Lei nº 13.154, de 2015). § 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 13.154, de 2015). Resolução 789/2020/CONTRAN CAPÍTULO IV DOS CURSOS ESPECIALIZADOS, Art. 27.
--	--	---	---



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		- características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares; - cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.	
<u>Atualização Escolar</u>	16 horas aulas	*<u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos de no curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importantíssimo para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; - atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> - Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso;	



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		- retomada de conceitos; - relação da teoria e da prática; - principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Passageiros</u>	50 horas aulas	<u>*Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação. - Legislação específica sobre transporte de passageiros: - responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros. <u>* Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas; - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. <u>* Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social -</u>	



		10 (dez) horas-aula - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito; - sinalização do local do acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima (o que não fazer). - O veículo como agente poluidor do meio ambiente: - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - o indivíduo, o grupo e a sociedade. - Relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições); - características das faixas etárias dos usuários	
--	--	--	--



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		mais comuns de transporte coletivo de passageiros.	
<u>Atualização</u> <u>Passageiros</u>	16 horas aulas	<u>Módulo I - Legislação de Trânsito – 3 (três) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos do curso de especialização; Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II – Direção Defensiva – 5(cinco) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teórica e pratica. Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substancias psicoativas. * <u>Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a pratica vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; Atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5(cinco) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; Retomada de conceitos; relacionamento da teórica e da pratica; principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Emergência</u>	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u>	



		- Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - legislação específica para veículos de emergência; - responsabilidades do condutor de veículo de emergência. <u>*Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados. - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; <u>*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo; - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;	
--	--	--	--



		- verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo; - cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente; - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade: - relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. <u>*Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições); - características dos usuários de veículos de emergência; - cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.	
--	--	---	--



<u>Atualização</u> <u>Emergência</u>	16 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos do curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; - atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio social - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> - Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; - retomada de conceitos; - relacionamento da teoria e da prática; - principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
---	-------------------	--	--

7.7. MÓDULOS



a) Transportes De Passageiros (Categoria B) - *Módulo I - Legislação de Trânsito - 18 (dezoito) horas-aula

1. - Determinações do CTB quanto a veículos de duas ou mais rodas;
2. - Formação do condutor;
3. - Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido;
4. - Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
5. - Sinalização viária;
6. - Penalidades e crimes de trânsito;
7. - Direitos e deveres do cidadão;
8. - Normas de circulação e conduta.
9. - Infrações e penalidades para veículos de duas ou mais rodas referentes à:
10. - Documentação do condutor e do veículo;
11. - Estacionamento, parada e circulação;
12. - Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;
13. - Meio ambiente.

b) *Módulo II - Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas: 16 horas-aula.

1. - Conceito de direção defensiva;
2. - Conduzindo em condições adversas;
3. - Conduzindo em situações de risco;
4. • Ultrapassagens
5. • Derrapagem
6. • Ondulações e buracos
7. • Cruzamentos e curvas
8. • Frenagem normal e de emergência
9. - Como evitar acidentes em veículos de duas ou mais rodas;
10. - Abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas;
11. - Cuidados com os demais usuários da via;
12. - Respeito mútuo entre condutores;



13. - Equipamentos de segurança do condutor motociclista;
14. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;
15. - Situações de risco.

c) *Módulo III - Noções de Primeiros Socorros: 4 horas-aula

1. - Sinalização do local do acidente;
2. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
3. - Verificação das condições gerais da vítima;
4. - Cuidados com a vítima (o que não fazer);
5. - Cuidados especiais com a vítima motociclista.

d) *Módulo IV - Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: 4 horas-aula

1. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
2. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
3. - Emissão de gases;
4. - Emissão de partículas (fumaça);
5. - Emissão sonora;
6. - Manutenção preventiva do automóvel e da motocicleta para preservação do meio ambiente;
7. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
8. - Diferenças individuais;
9. - Relacionamento interpessoal;
10. - O respeito mútuo entre condutores;
11. - O indivíduo como cidadão.

e) *Módulo V - Noções sobre Funcionamento do Veículo de duas ou mais rodas: 3 horas-aula

1. - Equipamentos de uso obrigatório do veículo, sua utilização e cuidados que se deve ter com eles;
2. - Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio;



3. - Responsabilidade com a manutenção do veículo;
4. - Alternativas de solução para eventualidades mais comuns;
5. - Condução econômica e inspeção mecânica (pequenos reparos);
6. - Verificação diária dos itens básicos: água, óleo, calibragem dos pneus, dentre outros.
7. - Cuidados e revisões necessárias anteriores a viagens.

7.8. CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

a) Módulo I - Carga Horária Mínima: 20 horas-aula para as categorias A e B, sendo, no mínimo, 1 hora-aula ministrada no período noturno.

1. - Para veículos de quatro ou mais rodas:
2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
3. - Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;
4. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
5. - Os cuidados com o condutor motociclista.

b) Para veículos de duas rodas:

1. - Normas e cuidados antes do funcionamento do veículo;
2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
3. - Prática de pilotagem defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;
4. • em área de treinamento específico, até o pleno domínio do veículo;
5. • em via pública, urbana e rural, em prática monitorada.
6. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
7. - Cuidados na condução de passageiro e cargas;
8. Situações de risco: ultrapassagem, derrapagem, obstáculos na pista, cruzamentos e curvas, frenagem normal e de emergência.

c) Transporte Escolar



Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - documentação exigida para condutor e veículo;
4. - sinalização viária;
5. - infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica sobre transporte de escolares;
8. - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares;
9. - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares.

*Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula

1. - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local de acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima, (o que não fazer);



6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

***Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.

d) Transporte de Emergência

*** Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;



6. - Regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica para veículos de emergência:
8. - Responsabilidades do condutor de veículo de emergência.

***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados.
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

***Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo;
2. - Sinalização do local de acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo;
5. - Cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer);
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;



11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

***Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições);
7. - Características dos usuários de veículos de emergência;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.

e) Transporte coletivo de Passageiros

***Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - Regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação.
7. - Legislação específica sobre transporte de passageiros;
8. - Responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros.



***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas;
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas.

*** Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local do acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima (o que não fazer).
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - o indivíduo, o grupo e a sociedade.
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão.



15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

*** Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas- aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.

8. DO VALOR TOTAL ESTIMADO

O valor estimado totaliza a importância de global de **R\$ 391.317,30** (Trezentos e noventa e um mil, trezentos e dezessete reais e trinta centavos).

9. DO RECURSO

(X) PRÓPRIO () ESTADUAL () FEDERAL () CONVÊNIO

8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA	CÓD. REDUZIDO
01500	1561	3.3.90.39	04010009

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
0150	2214	3.3.90.39

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
-------	-------------------	------------------



150	2341	3.3.90.39
150	1553	3.3.90.39
150	1499	3.3.90.39
150	1482	3.3.90.39
150	2231	3.3.90.39

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
0150	2236	3.3.90.39
0150	2329	3.3.90.39
0150	1486	3.3.90.39
0150	2208	3.3.90.39
0150	2339	3.3.90.39

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
015000000000	1538	3.3.90.39
015000000000	1539	3.3.90.39
015000000000	1540	3.3.90.39
015000000000	1541	3.3.90.39
015000000000	2080	3.3.90.39
015000000000	2246	3.3.90.39
015000000000	2250	3.3.90.39
015000000000	2265	3.3.90.39

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
015001001000	2165	3.3.90.39
015001001000	2209	3.3.90.39

SECRETARIA DE SAÚDE

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
015001002000	2305	3.3.90.39

SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
015000	2292	3.3.90.39
015000	2050	3.3.90.39

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FONTE	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
150	2006	3.3.90.39
150	2090	3.3.90.39

10. DA DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

(X) Serviços técnicos - consultoria/auditoria/assessoria

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA HABILITAÇÃO

11.1. Prova de credenciamento no órgão ou entidade executiva de trânsito do Estado ou do Distrito Federal;

11.2. Certificação para realizar cursos teórico -técnico e / ou prática de Direção veicular para as categorias A, B, C, D, e E.

11.3. Prova que dispõe de veículo automotor da categoria de habilitação pretendida pelo beneficiário, exceto para CFC categoria A;

11.4. Prova que não estejam impedidos ou suspensos para o exercício das atividades pertinentes;



11.5. A responsabilidade é da empresa licitante pela autenticidade da documentação solicitada no item acima, artigos 297 a 301 do Código Penal.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Será de responsabilidade do **CONTRATADA**:

12.2. Disponibilizar infraestrutura adequada que vise proporcionar ao beneficiário do projeto todas as condições de operacionalização do objeto da contratação.

12.3. Apresentar a os certificados de conclusão dos cursos teórico-técnicos assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento, cópia das Licenças para Aprendizagem de Direção Veicular – LADV e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.

12.4. Apresentar ao Prefeitura Municipal de Várzea Grande os certificados de conclusão dos cursos de prática de direção veicular assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.

12.5. Objetivar a qualificação e formação de condutores de veículos automotores, acompanhando e dando todo o apoio administrativo e operacional, bem como realizando todas as tarefas necessárias para o bom andamento dos cursos.

12.6. Executar fielmente os serviços contratados, de acordo com as especificações contidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e nas normas dos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou Distrito Federal.

12.7. Responsabilizar-se pelo integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dos seus empregados utilizados na execução dos serviços, ficando a isento daqueles encargos, ainda que subsidiariamente.

12.8. Definir de comum acordo com o beneficiário, os dias e horários do curso, fazendo um controle específico, assinado pelo beneficiário, que poderá ser exigido a qualquer tempo, além de atender às exigências dos DETRAN estaduais e do Distrito Federal.

12.9. Quando da impossibilidade do beneficiário de comparecer às aulas, deverá o CFC credenciado exigir do beneficiário a justificativa do motivo da ausência por escrito, obrigando-se a providenciar o agendamento do mesmo para outro dia e horário.

12.10. O CFC contratada assume total responsabilidade pela realização do curso teórico- técnico e/ou curso de prática de direção veicular dos beneficiários, respondendo administrativa, civil e penalmente por



quaisquer irregularidades cometidas contra os interesses da Prefeitura Municipal de , e violação à legislação reguladora da matéria.

12.11. O CFC contratada deverá iniciar a execução dos serviços discriminados no objeto deste termo de referência após demandado.

12.12. A Contratada tem que está Regulamentada e credenciada segundo as normas da DENATRAN/DETRAN.

12.13. O instrutor deverá ser capacitado junto aos órgãos competentes (Detran/Contran).

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

13.2. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

13.3. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão;

13.4. Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa desta Administração Pública Municipal, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as devidas certidões;

13.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;

13.6. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos materiais, para imediata correção;

13.7. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

14. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A empresa terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de emissão da ordem de fornecimento, para agendar a data, horário e local onde ministrará o curso;

14.2. O curso deverá ser ministrado pelo corpo técnico da empresa, devendo ser abordado de forma clara todo o conteúdo programático indicado pelo DETRAN/MT;

14.3. A empresa deverá colocar à disposição do contratante todos os meios necessários à comprovação da qualidade do serviço prestado.

14.4. Local, data e horário para ministração da atualização do curso será agendado com a empresa em momento apropriado, de forma que não prejudique o horário de serviço dos motoristas que serão capacitados.



15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação do mesmo, vedada sua prorrogação.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atestado da nota fiscal. A contratada deverá no ato de apresentação da nota fiscal, durante a vigência da ata de registro de preços, apresentar todas às certidões de regularidade (Municipal, Estadual, União, Trabalhista).

17.2. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;

17.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Comete infração nos termos da Lei nº 12.486 de 2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos, a Contratada que:

- a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;



f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

18.2. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

a) Não assinar o Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) Apresentar documentação falsa;

c) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

18.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

18.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DAS PUBLICAÇÕES

() Jornal Oficial da União – D.O.U

(x) Jornal Oficial do Município - AMM

(x) Jornal de Circulação Estadual – outros

(x) Diário Oficial Eletrônico Tribunal de Contas Estadual - DOE/TCE

(x) Internet

20. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

(x) Pregão Presencial / Registro de Preços/ Menor Preço por lote único.



21. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

21.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

21.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

21.4. A fiscalização da futura Ata de Registro de Preços e do Contrato dela decorrente ficará a cargo dos servidores:

21.4.1. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** que designa neste ato, o servidor **Mauro Vastay Garbin**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12474398 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 899.882.211-34, Matrícula nº 142153, residente a Rua Prudente de Moraes, 1260, Bairro Ipase, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente o servidor **José Maria Pulquério**, portador da Cédula de Identidade RG nº 871.938 PM/MT e inscrito no CPF sob o nº 212.636.941-00, Matrícula nº 141952, residente a Av. Santa Cruz, 78, casa 33, Condomínio Villagio Itália, Bairro Santa Cruz II, Cuiabá/MT.

21.4.2. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** que designa neste ato, a servidora **Lucilene da Costa**, portador da Cédula de Identidade RG nº 297.253 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 654.794.081-00, matrícula n. 118841, residente e domiciliado à Rua F, Quadra 01, Lote 01, Bairro Jardim Nova Canaã, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente a servidora **Jocileize Alcântara Rondon e Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 16911474 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 024.927.031-50, matrícula n. 109.146, residente a Avenida da FEB, n.1213, Bairro Ponte Nova.

21.4.3. A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO** que designa neste ato, o servidor **Valderi Carneiro da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 413611 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 326.037.031-53, Matrícula n.143084, residente e domiciliado à Rua Frei Salvador, 31, Bairro: Cristo Rei, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Alice Aparecida Candido da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 22878530 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.773.241-



40, matrícula n.145494, residente e domiciliado à Rua Antônio Maria, Quadra 54, Lote 03, Bairro: Jardim Iitororó, Várzea Grande/MT.

21.4.4. A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL que designa neste ato, o servidor, Servidora **Alexander Gouveia Ortiz**, portador da Cédula de Identidade RG nº 900.632SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 809.424.901-34, matrícula n.11856, Nova Várzea Grande-MT, e Fiscal **Osly Justiniano Pedraça**, portador da Cédula de Identidade RG nº818091 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº545.358.591-91, matrícula n.37983.

21.4.5. A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER que designa neste ato, o servidor **Wagner Júlio Gomes Teixeira**, portador do RG nº 18560075 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº 034.519.351-21, Residente a Rua A Qda.02 Casa 21, Bairro Vitória Régia, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Felipe de Freitas Carvalho**, portador do RG nº 8322792-3 SSP/PR, CPF sob o nº 007.718.039-90, Matrícula nº 130745.

21.4.6. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que designa neste ato, o servidor **Dejalma Ferreira dos Santos Filho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1879382-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 027.739.931-95, Matrícula nº 86730, Residente Rua Dom Aquino, nº11, quadra 108, Bairro CPA 2 – Cuiabá/M, e Fiscal Suplente o servidor **Lucio Manoel da Silva Neto**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0758100-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº503459741-15, Matrícula nº 144072, Residente Rua Rio de Janeiro, N. 595, Bairro Nova Várzea Grande/MT.

21.4.7. A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO que designa neste ato, o servidor **Licínio Antônio de Campos**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10140018 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 918.926.941-15, residente José de Alencar, 426, Bairro Água Vermelha, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Roberto da Costa Moreira**, portador CPF sob o nº 293.353.611-00, residente Av. Madri, n.151, Residencial Ana Paula, Bloco A-9, Apto n.403 – Bairro Senhor dos Pássaros, Cuiabá/MT.

21.4.8. A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE que designa neste ato, a servidora **Marcelly da Silva Sampaio Arruda**, portador da Cédula de Identidade RG nº1142787-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº939.579.981-15, Matrícula n.86891, residente e domiciliado à Rua São José, Quadra 04, Lote 01, Bairro Jardim das Palmeiras, Cuiabá/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Elza Maria Munhoz Domingos**, portador da Cédula de Identidade RG nº 488.334-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº346.173.021-15, Matrícula n.151824, residente e domiciliado à Av Brigadeiro Eduardo Gomes, n.1230, Bairro Jardim Costa Verde, Várzea Grande/MT.

21.4.9. A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS que designa neste ato, o servidor **Sebastião Mário de Almeida Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 217240 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 229.898.891-91, Matrícula nº 110976.

21.4.10. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA que designa neste ato, o servidor **Virdinei da Silva Bens**, portador da Cédula de Identidade RG nº4157979-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.574.822.259-00, Matrícula n.143232 e Fiscal Suplente o servidor **Ricardo Augusto de O. Souza**,



portador da Cédula de Identidade RG nº0773829-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.495.412.001-25 Matrícula n.144029, residente e domiciliado Av. Ipiranga, n.141, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT.

Várzea Grande, 13 de março de 2022.

Jacira Pompeo de Oliveira

Elaborador do Termo de Referência

CPF 012.757.691-60

De acordo:

Eduardo Henrique Barros Provatti

Superintendente de Compras

**ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)****(Papel timbrado da empresa)**

À: Prefeitura Municipal de Várzea Grande

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

Sessão Pública: XX/XX/2023, às 10h00min

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome de Fantasia:	
Razão Social:	
CNPJ:	Insc. Est.:
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
CEP:	E-mail:
Telefone:	Fax:
Contato:	Telefone:
Banco:	Conta Bancária:
Nome e nº. da Agência:	

PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/FABRICANTE	MODELO	UNID.	QTD	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1							
2							
3							
TOTAL GERAL		R\$	(_____)				

1) Declaro para os devidos fins que estão inclusas na proposta todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, lucro, frete, garantia, embalagem, transporte, armazenagem, tarifas, deslocamento de pessoal, lucro, seguro para entrega do bem no local indicado, impostos e outros necessários ao cumprimento integral do



objeto deste Edital e seus Anexos, não sendo admitido pleito posterior em decorrência da exclusão de quaisquer despesas incorridas.

2) A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: _____

Várzea Grande/MT, xx de xx de 2023.

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO III –DECLARAÇÕES CONSOLIDADA (MODELO)

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Várzea Grande

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023

Sessão Pública: XX/XX/2023, às 10h00min.

DECLARAÇÕES CONSOLIDADAS

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº. _____, DECLARA para os devidos fins que em conformidade com a Lei nº.8.666/93:

- 1) Que em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal e inciso V, artigo, 27 da Lei 8666/93, não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.
- 2) Que nenhum dos sócios e/ou diretores desta empresa ocupam cargo ou função de chefia ou assessoramento, em qualquer nível, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande.
- 3) Que **a empresa não possui em seu quadro pessoal servidor público da ativa**, em cargo efetivo, comissionado ou empregado público, no âmbito da Administração Pública do Município de Várzea Grande, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados.
- 4) Inexistência de fato superveniente impeditiva de habilitação, na forma do art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93.
- 5) Que sob as penas do art. 299 do Código Penal, teremos a disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, o objeto licitado para realizar a entrega no prazo previsto na Ata ou contrato, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos.
- 6) Que estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no edital e seus anexos do presente certame.
- 7) Que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, bem como aceitamos na íntegra todas as condições deste edital, ressalvado o nosso direito recursal.



- 8) Declaramos que não estamos em inadimplência com a execução de serviços ou fornecimento de bens, nem descumprimos qualquer contratação com a Administração Pública Federal, estadual ou Municipal, ou seja, não fomos declaradas inidônea pelo Poder Público, em qualquer esfera.
- 9) Declaramos que teremos disponibilidade, caso venhamos a vencer o certame, de fornecer o objeto do presente certame, de acordo com a quantidade e especificações constantes no edital e seus anexos
- 10) Que cumpre todos os requisitos de habilitação solicitados no instrumento convocatório.
- 11) Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Várzea Grande/MT, xx de xx de 2023.

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP (MODELO)

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Várzea Grande

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023

Sessão Pública: XX/XX/2023, às 10h00min

ENQUADRAMENTO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº. _____, DECLARA para os devidos fins que está enquadrado como:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

E que está apto a usufruir do tratamento diferenciado com base nos artigos 42 a 49 e seguintes da Lei Complementar nº. 123/2006, e que **NÃO SE ENQUADRA** em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas 4º do art. 3º da Lei Complementar nº. 123/2006, LC 147/2014.

DECLARA, ainda, estar ciente das **SANÇÕES** que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital, no Art. 13 § 1º do Decreto 8.538/2015 e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Como prova da referida condição, apresentamos junto a documentação de habilitação, (CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial ou opção do Simples) para comprovação da condição na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº. 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.

Várzea Grande/MT, xx de xx de 2023.

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO V –DECLARAÇÃO USUFRIUR BENEFICIO DOCUMENTAÇÃO TARDIA (MODELO)

Apenas para: MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Várzea Grande

PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023

Sessão Pública: XX/XX/2023, às 10h00min

DECLARAÇÃO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que em conformidade com as Leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/02 que cumprimos com todos os requisitos de habilitação para este certame, exceto os documentos de regularidade fiscal com as restrições a seguir:

_____ validade _____

_____ validade _____

Portanto solicitamos usufruir dos benefícios dispostos no § 1º, artigo 43 da Lei 123/2006 da Lei Complementar Nº. 123/2006 e temos ciência que temos 5 (cinco) dias uteis para sua regularização, e a não regularização da documentação, no prazo previsto implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação conforme termos do §2º do artigo 43 da Lei 123/2006.

Várzea Grande/MT, xx de xx de 2023.

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



ANEXO VI - TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

(Papel timbrado da empresa)

À: Prefeitura Municipal de Várzea Grande

PREGÃO PRESENCIAL N.º XX/2023

Sessão Pública: XX/XX/2023, às 09h00min.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) S.r.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº. _____, para os fins previstos no Edital desta Concorrência Pública, podendo formular proposta, bem como interpor recursos, renunciar direitos e praticar todos os atos inerentes a este certame.

Várzea Grande/MT, xx de xx de 2023.

FIRMA LICITANTE/CNPJ (MF)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

**ANEXO VII- FICHA CADASTRAL - MODELO**

PREGÃO	PRESENCIAL () ELETRÔNICO (X)	Nº. XX/2023
RAZÃO SOCIAL		
FANTASIA		
NOME DOS SÓCIOS	RG	CPF
ENDEREÇO: RUA / AVENIDA		
BAIRRO	CIDADE	
ESTADO	CEP	
PORTE DA EMPRESA		
() MICRO EMPRESA ()EMPRESA DE PEQUENO PORTE ()EMPRESA DE MÉDIO E GRANDE PORTE		
OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL	() SIM () NÃO	
CNPJ	INSC. ESTADUAL E/OU MUNICIPAL	
Nº. TELEFONE	Nº. FAX	
EMAIL		
Nº. REG. JUNTA COMERCIAL	DATA DO REG. NA JUNTA COMER.	
NOME DO RESPONSÁVEL	Nº. TELEFONE CELULAR	
NOME DO REPRESENTANTE NA LICITAÇÃO	Nº. TELEFONE CELULAR	
NOME BANCO	Nº. AGÊNCIA	Nº. CONTA

**ANEXO VII- MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pelo presente INSTRUMENTO, o Município de Várzea Grande pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ-MF nº. 03. 507.548/0001-10, situado na Av. Castelo Branco nº. 2500, bairro Água Limpa, Várzea Grande/MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, neste ato sendo representada pelo Secretário Osvaldo Botelho de Campos, inscrito no CPF n. XXX.XXX.XXX-XX, pelo Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato sendo representada pelo Secretário xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxmpos, inscrito no CPF n. XXX.XXX.XXX-XX denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado à empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ _____ situada na _____, Bairro _____, CEP: _____, Cidade/UF, Telefone _____, endereço eletrônico: _____, sendo representada neste ato pelo(a) Senhor(a) _____, inscrito no CPF _____, denominada **CONTRATADA**, vencedora do **item** _____ com o total de _____ (_____), considerando o julgamento de **MENOR PREÇO POR LOTE**, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023, após a classificação da sua proposta e respectiva homologação, **REGISTRA-SE** o preço da empresa de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes pela Lei Federal. 10.520/2002, Decreto Federal nº. 10.024/2019, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal nº. 3.515/2010, Decretos Municipais nº. 09/2010 e nº. 54/2019 e suas alterações, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal. 8.666/1993 e demais legislações complementares, e condições estabelecidas NO Edital, e seus anexos, bem como em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico, técnico e prática de direção veicular (categoria B, C, D, E), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

Parágrafo Único - A execução do objeto aqui tratado obedecerá, fiel e integralmente, ao PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023, e a proposta da CONTRATADA, nesta ordem, ambos constantes no processo administrativo nº. **872160/2022** que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1. Fica registrado conforme planilha abaixo, o preço, as especificações, os quantitativos, para a empresa detentora desta ata, e demonstrada também no relatório de vencedores do sistema no processo licitatório:

Item	Tipo de Item	Material	Especificação	Unid.	Qtd.	Marca	Valor Unitário	Total Final
Valor total de R\$ ()								

2.2. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DESCRITOS OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**2.2.1. PRÉ-REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO POR CATEGORIA****a) TRANSPORTES DE PASSAGEIROS (CATEGORIA B)**

1. -ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "B";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

b) TRANSPORTE ESCOLAR

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.



c) TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado em uma das categorias "A", "B", "C", "D" ou "E";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

d) TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

2.2.2. Conteúdo Base das disciplinas:

1. -Legislação de Trânsito
2. -Direção Defensiva
3. -Noções de Primeiros Socorros e Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social
4. -Relacionamento Interpessoal

2.2.3. MÉTODO DE ENSINO TRADICIONAL E OU TELEPRESENCIAL:

1. -Aula presencial ou online com Apostila para cada tipo de curso especializado;
2. -Apresentação com slides;
3. -Videos de problemas recorrentes da atualidade;
4. -Provas referente a cada módulo.

2.2.4. FREQUÊNCIA

1. Para fins de comprovação da frequência do aluno matriculado nos cursos, a instituição



realizará o controle diário de presença, através de lista de frequência dos alunos, na qual o aluno deverá assinar tal qual consta da sua Carteira Nacional de Habilitação.

2. Para fins de aprovação nos cursos, bem como para a homologação de certificados, será exigido o percentual de 100% de frequência às aulas.

2.2.5. CERTIFICAÇÃO

1. Ao final do curso, com 03 (três) dias emitiremos a Declaração de Conclusão, após 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias úteis conforme o prazo para a homologação do DETRAN o certificado estará disponível para retirada;
2. Com o curso lançado no sistema o condutor terá que ir até o DETRAN mais próximo e realizar a prova para a validação do curso.

2.2.6. PROGRAMAÇÃO: CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS;

2.2.6.1. ESTRUTURA DOS CURSOS:

CURSOS	CARGA HORÁRIA	MÓDULOS	LEGISLAÇÃO
Capacitação Escolar	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - Legislação específica sobre transporte de escolares; - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares; - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares. *<u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze)</u>	Capítulo XIV - DA HABILITAÇÃO Art. 145 Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos: I - ser maior de vinte e um anos; II - estar habilitado: a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		<u>horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; <u>*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito; - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima, (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente; - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade; - relacionamento interpessoal;	mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E; III - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses; (Redação do inciso III dada pela Lei n. 14.071/20, em vigor a partir de 12ABR21) IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN. § 1º A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III. (Incluído, como parágrafo único, pela Lei nº 12.619, de 2012; e renumerado para § 1º, pela Lei nº 13.154, de 2015). § 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 13.154, de 2015).
--	--	---	---



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		- o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. *Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições); - características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares; - cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.	Resolução 789/2020/CONTRAN CAPÍTULO IV DOS CURSOS ESPECIALIZADOS, Art. 27.
<u>Atualização Escolar</u>	16 horas aulas	*<u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos de no curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importantíssimo para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente;	



		- atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> - Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; - retomada de conceitos; - relação da teoria e da prática; - principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Passageiros</u>	50 horas aulas	*<u>Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação. - Legislação específica sobre transporte de passageiros: - responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros. * <u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze)</u>	



		<u>horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas; - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social -</u> <u>10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito: - sinalização do local do acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima (o que não fazer). - O veículo como agente poluidor do meio ambiente: - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - o indivíduo, o grupo e a sociedade. - Relacionamento interpessoal;	
--	--	--	--



		- o indivíduo como cidadão. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas- aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições); - características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.	
<u>Atualização</u> <u>Passageiros</u>	16 horas aulas	<u>Módulo I - Legislação de Trânsito – 3 (três) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos do curso de especialização; Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II – Direção Defensiva – 5(cinco) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teórica e prática. Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas.	



		* <u>Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a pratica vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; Atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5(cinco) horas/aula</u>, com o seguinte conteúdo: Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; Retomada de conceitos; relacionamento da teórica e da pratica; principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Emergência</u>	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - legislação específica para veículos de emergência; - responsabilidades do condutor de veículo de emergência. *<u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista,	



		carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados. - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; <u>*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo: - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo; - cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente: - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade: - relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. <u>*Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança	
--	--	--	--



		na condução de veículos de emergência; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições); - características dos usuários de veículos de emergência; - cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.	
<u>Atualização</u> <u>Emergência</u>	16 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos do curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; - atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio social - 3</u>	



		(três) horas-aula - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> -Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; -retomada de conceitos; - relacionamento da teoria e da prática; - principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
--	--	---	--

2.2.7. MÓDULOS

a)Transportes De Passageiros (Categoria B) - *Módulo I - Legislação de Trânsito - 18 (dezoito) horas-aula

1. -Determinações do CTB quanto a veículos de duas ou mais rodas:
 2. - Formação do condutor;
 3. - Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido;
 4. - Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
 5. - Sinalização viária;
 6. - Penalidades e crimes de trânsito;
 7. - Direitos e deveres do cidadão;
 8. - Normas de circulação e conduta.
 9. - Infrações e penalidades para veículos de duas ou mais rodas referentes à:
 10. - Documentação do condutor e do veículo;
 11. - Estacionamento, parada e circulação;
 12. - Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;
 13. - Meio ambiente.



b) *Módulo II - Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas: 16 horas-aula.

1. - Conceito de direção defensiva;
2. - Conduzindo em condições adversas;
3. - Conduzindo em situações de risco;
4. • Ultrapassagens
5. • Derrapagem
6. • Ondulações e buracos
7. • Cruzamentos e curvas
8. • Frenagem normal e de emergência
9. - Como evitar acidentes em veículos de duas ou mais rodas;
10. - Abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas;
11. - Cuidados com os demais usuários da via;
12. - Respeito mútuo entre condutores;
13. - Equipamentos de segurança do condutor motociclista;
14. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;
15. - Situações de risco.

c) *Módulo III - Noções de Primeiros Socorros: 4 horas-aula

1. - Sinalização do local do acidente;
2. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
3. - Verificação das condições gerais da vítima;
4. - Cuidados com a vítima (o que não fazer);
5. - Cuidados especiais com a vítima motociclista.

d) *Módulo IV - Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: 4 horas-aula

1. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
2. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;



3. - Emissão de gases;
4. - Emissão de partículas (fumaça);
5. - Emissão sonora;
6. - Manutenção preventiva do automóvel e da motocicleta para preservação do meio ambiente;
7. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
8. - Diferenças individuais;
9. - Relacionamento interpessoal;
10. - O respeito mútuo entre condutores;
11. - O indivíduo como cidadão.

e) *Módulo V - Noções sobre Funcionamento do Veículo de duas ou mais rodas: 3 horas-aula

1. - Equipamentos de uso obrigatório do veículo, sua utilização e cuidados que se deve ter com eles;
2. - Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio;
3. - Responsabilidade com a manutenção do veículo;
4. - Alternativas de solução para eventualidades mais comuns;
5. - Condução econômica e inspeção mecânica (pequenos reparos);
6. - Verificação diária dos itens básicos: água, óleo, calibragem dos pneus, dentre outros.
7. - Cuidados e revisões necessárias anteriores a viagens.

2.2.8. CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

a) Módulo I - Carga Horária Mínima: 20 horas-aula para as categorias A e B, sendo, no mínimo, 1 hora-aula ministrada no período noturno.

1. - Para veículos de quatro ou mais rodas:
 2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
 3. - Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;
 4. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
 5. - Os cuidados com o condutor motociclista.

b) Para veículos de duas rodas:



1. - Normas e cuidados antes do funcionamento do veículo;
2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
3. -Prática de pilotagem defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação:
4. • em área de treinamento específico, até o pleno domínio do veículo;
5. • em via pública, urbana e rural, em prática monitorada.
6. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
7. - Cuidados na condução de passageiro e cargas;
8. Situações de risco: ultrapassagem, derrapagem, obstáculos na pista, cruzamentos e curvas, frenagem normal e de emergência.

c) Transporte Escolar

Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - documentação exigida para condutor e veículo;
4. - sinalização viária;
5. - infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica sobre transporte de escolares;
8. - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares;
9. - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares.

*Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);



6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula

1. - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local de acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima, (o que não fazer);
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

*Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;



6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.

d) Transporte de Emergência

*** Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - Regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica para veículos de emergência;
8. - Responsabilidades do condutor de veículo de emergência.

***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados.
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;



***Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo;
2. - Sinalização do local de acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo;
5. - Cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer);
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

***Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições);
7. - Características dos usuários de veículos de emergência;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.



Transporte coletivo de Passageiros

***Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - Regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação.
7. - Legislação específica sobre transporte de passageiros;
8. - Responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros.

***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas;
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas.

*** Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local do acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;



4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima (o que não fazer).
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - o indivíduo, o grupo e a sociedade.
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão.
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

*** Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas- aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CADASTRO RESERVA

- 3.1.** PODERÁ formado cadastro reserva, através de lista em anexo a esta ata, com o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, (Decreto nº 8.250, de 2.014).



- 3.2. O registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas de cancelamento da ata. (Art. 11, § 1º, do Decreto nº. 7.892/2013).
- 3.3. Para a formação do Cadastro Reserva, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 7.892/2013, modificado pelo Decreto nº 8.250/14, poderão ser registrados tantas licitantes quantas forem interessadas, ao preço da primeira colocada, na sequência da classificação do certame.
- 3.4. Após homologada a licitação, será aberto o prazo de no mínimo 24 (vinte e quatro) horas, para manifestação dos interessados em terem os preços registrados, e constarem do cadastro de reserva.
- 3.5. A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva será verificada quando houver necessidade de contratação da licitante remanescente, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21, conforme previsto no artigo 11, §3º do Decreto nº 7.892/2013.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A **Secretaria Municipal de Administração** é o **ÓRGÃO GERENCIADOR** e responsável pela condução do conjunto de procedimentos para o registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente e à Procuradoria Geral do Município, nas questões legais. (Art. 2º, III, do Decreto nº. 7.892/2013).
- 4.2. São órgãos participantes: **Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Habitação, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria Municipal de Defesa Social, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Viação e Obras, Procuradoria Geral do Município**

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da data da publicação, vedada sua prorrogação. (Art. 12 do Decreto 7.892/2013).

CLÁUSULA SEXTA – DAS ADESÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. Poderão utilizar-se desta Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, qualquer órgão ou entidade de administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao do órgão gerenciador, conforme as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93, 10.520/02 e nos termos do Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº. 54/2019.



- 6.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme Artigo 22, § 2º do Decreto 7.892/2013.
- 6.3. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes conforme preceitua o art. 1, §3º do Decreto Municipal 54/2019.
- 6.4. As ADESÕES à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao **quíntuplo do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participante que aderirem conforme preceitua o art. 1, §4º do Decreto Municipal 54/2019.
- 6.5. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme preceitua o art. 22, §6º do Decreto 7.892/2013.
- 6.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador. (Art. 22, §7º do Decreto 7.892/2013).

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos e valores fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93. (Art. 12, § 1º do Decreto 7.892/2013).
- 7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. (Art. 17, do Decreto 7.892/2013).
- 7.2.1. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado por motivo superveniente, a Prefeitura de Várzea Grande convocará os fornecedores registrados, para a negociação da redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado. (Art. 18, do Decreto 7.892/2013).



- 7.2.2.** Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.
- 7.2.3.** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá conforme preceitua o art. 19 do Decreto 7.892/2013:
- 1)** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.
 - 2)** Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 7.2.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA OITAVA — DO PRAZO, LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA ENTREGA E RECEBIMENTO

- 8.1.** Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas.
- 8.2.** O prazo de instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser de, no máximo, (20) dias, a contar da ordem inicial de serviço emitida. A mensalidade será computada após instalação e funcionamento atestado pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA NONA — DA SUBCONTRATAÇÃO.

- 9.1.** NÃO SERÁ ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1.** Será de responsabilidade do CONTRATADA:
- 10.2.** Disponibilizar infraestrutura adequada que vise proporcionar ao beneficiário do projeto todas as condições de operacionalização do objeto da contratação.
- 10.3.** Apresentar a os certificados de conclusão dos cursos teórico-técnicos assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento, cópia das Licenças para Aprendizagem de Direção Veicular – LADV e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.



- 10.4. Apresentar ao Prefeitura Municipal de Várzea Grande os certificados de conclusão dos cursos de prática de direção veicular assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.
- 10.5. Objetivar a qualificação e formação de condutores de veículos automotores, acompanhando e dando todo o apoio administrativo e operacional, bem como realizando todas as tarefas necessárias para o bom andamento dos cursos.
- 10.6. Executar fielmente os serviços contratados, de acordo com as especificações contidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e nas normas dos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou Distrito Federal.
- 10.7. Responsabilizar-se pelo integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dos seus empregados utilizados na execução dos serviços, ficando a isento daqueles encargos, ainda que subsidiariamente.
- 10.8. Definir de comum acordo com o beneficiário, os dias e horários do curso, fazendo um controle específico, assinado pelo beneficiário, que poderá ser exigido a qualquer tempo, além de atender às exigências dos DETRAN estaduais e do Distrito Federal.
- 10.9. Quando da impossibilidade do beneficiário de comparecer às aulas, deverá o CFC credenciado exigir do beneficiário a justificativa do motivo da ausência por escrito, obrigando-se a providenciar o agendamento do mesmo para outro dia e horário.
- 10.10. O CFC contratada assume total responsabilidade pela realização do curso teórico- técnico e/ou curso de prática de direção veicular dos beneficiários, respondendo administrativa, civil e penalmente por quaisquer irregularidades cometidas contra os interesses da Prefeitura Municipal de , e violação à legislação reguladora da matéria.
- 10.11. O CFC contratada deverá iniciar a execução dos serviços discriminados no objeto deste termo de referência após demandado.
- 10.12. A Contratada tem que está Regulamentada e credenciada segundo as normas da DENATRAN/ DETRAN.
- 10.13. O instrutor deverá ser capacitado junto aos órgãos competentes (Detran/Contran).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.14. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 10.15. Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



- 10.16. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão;
- 10.17. Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa desta Administração Pública Municipal, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as devidas certidões;
- 10.18. Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- 10.19. Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos materiais, para imediata correção;
- 10.20. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA— DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atestado da nota fiscal. A contratada deverá no ato de apresentação da nota fiscal, durante a vigência da ata de registro de preços, apresentar todas às certidões de regularidade (Municipal, Estadual, União, Trabalhista).
- 12.2. Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação;
- 12.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 13.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações, conforme preceitua o art. 20 do Decreto 7.892/2013:
 - a) Quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - b) Quando o fornecedor não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;
 - d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- 13.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas a; b e d do **item anterior** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o art. 20, parágrafo único do Decreto 7.892/2013;



- 13.3.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, conforme preceitua o art. 21, parágrafo único do Decreto 7.892/2013:
- a)** Por razão de interesse público; ou
 - b)** A pedido do fornecedor.
- 13.4.** A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.
- 13.5.** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.
- 13.6.** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues anteriormente ao cancelamento.
- 13.7.** Caso a Prefeitura de Várzea Grande não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição infringida.
- 13.8.** Efetivando o Cancelamento da Ata de Registro de Preços será acionado os demais licitantes na ordem de classificação, conforme as condições expressas na Ata de Registro de preços e Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, ETC.

- 14.1.** Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:
- a)** Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
 - b)** As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução da entrega dos materiais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DOS ILÍCITOS PENAIIS E DAS PENALIDADES

- 15.1.** Comete infração nos termos da Lei nº 12.486 de 2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos, a Contratada que:
- a)** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;



- b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
- c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
- e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
- f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

15.2. Nos termos do art. 49 do Decreto 10.024/2019, ficará **impedido de licitar** e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf e do CRC instituído pelo Decreto Municipal nº 86/2018, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta aquele que:

- I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II - Não entregar a documentação exigida no edital;
- III - Apresentar documentação falsa;
- IV - Causar o atraso na execução do objeto;
- V - Não manter a proposta;
- VI - Falhar na execução do contrato;
- VII - Fraudar a execução do contrato;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo;
- IX - Declarar informações falsas; e
- X - Cometer fraude fiscal.

15.3. As sanções descritas no item anterior também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública. (Art. 49, § 1º, do Decreto 10.024/2019).



15.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: (Art. 87, da lei 8.666/93).

15.4.1. DA ADVERTÊNCIA (Art. 87, I da lei 8.666/93).

15.4.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

- a)** Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;
- b)** Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratados, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- c)** Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;
- d)** Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis.

15.4.2. DA MULTA (Art. 87, II, da lei 8.666/93).

15.4.2.1. Conforme disposto no **(Art. 86 da Lei 8.666/93)**, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

- a)** 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
- b)** O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;
- c)** 10% (dez por cento) sobre o valor constante no contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;
- d)** 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual exceto prazo de entrega;

15.4.2.2. A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;

15.4.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;



15.4.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

15.4.3. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 02 (DOIS) ANOS. (Art. 87, III da lei 8.666/93).

15.4.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;

15.4.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

a) Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:

I. Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

II. Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

b) Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:

I. Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

II. Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

III. Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

IV. Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

15.4.4. DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Art. 87, IV da lei 8.666/93).

15.4.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicado com base no inciso anterior.

15.4.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:



- a) Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

15.4.4.3. Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

- a) Praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;
- b) Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
- c) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas previstas neste Edital, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

15.5. As sanções serão registradas e publicadas no Sicaf e no CRC instituído pelo Decreto Municipal nº 86/2018. (Art. 49, §1º, do Decreto 10.024/2019).

15.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

16.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão a conta dos recursos Próprios nas seguintes dotações orçamentária:

Projeto atividade	Elemento de despesa	Fonte

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas



com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 17.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.
- 17.3.** O representante da Secretaria anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 17.4.** A fiscalização da futura Ata de Registro de Preços e do Contrato dela decorrente ficará a cargo dos servidores:
- 17.4.1.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** que designa neste ato, o servidor **Mauro Vastay Garbin**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12474398 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 899.882.211-34, Matrícula nº 142153, residente a Rua Prudente de Moraes, 1260, Bairro Ipase, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente o servidor **José Maria Pulquério**, portador da Cédula de Identidade RG nº 871.938 PM/MT e inscrito no CPF sob o nº 212.636.941-00, Matrícula nº 141952, residente a Av. Santa Cruz, 78, casa 33, Condomínio Villagio Itália, Bairro Santa Cruz II, Cuiabá/MT.
- 17.4.2.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** que designa neste ato, a servidora **Lucilene da Costa**, portador da Cédula de Identidade RG nº 297.253 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 654.794.081-00, matrícula n. 118841, residente e domiciliado à Rua F, Quadra 01, Lote 01, Bairro Jardim Nova Canaã, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente a servidora **Jocileize Alcântara Rondon e Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 16911474 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 024.927.031-50, matrícula n. 109.146, residente a Avenida da FEB, n.1213, Bairro Ponte Nova.
- 17.4.3.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO** que designa neste ato, o servidor **Valderi Carneiro da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 413611 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 326.037.031-53, Matrícula n.143084, residente e domiciliado à Rua Frei Salvador, 31, Bairro: Cristo Rei, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Alice Aparecida Candido da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 22878530 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.773.241-40, matrícula n.145494, residente e domiciliado à Rua Antônio Maria, Quadra 54, Lote 03, Bairro: Jardim Itororó, Várzea Grande/MT.
- 17.4.4.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL** que designa neste ato, o servidor, Servidora **Alexander Gouveia Ortiz**, portador da Cédula de Identidade RG nº 900.632 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 809.424.901-34, matrícula n.11856, Nova Várzea Grande-MT, e Fiscal **Osly Justiniano Pedraça**,



portador da Cédula de Identidade RG nº818091 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº545.358.591-91, matrícula n.37983.

- 17.4.5.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER** que designa neste ato, o servidor **Wagner Júlio Gomes Teixeira**, portador do RG nº 18560075 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº 034.519.351-21, Residente a Rua A Qda.02 Casa 21, Bairro Vitória Régia, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Felipe de Freitas Carvalho**, portador do RG nº 8322792-3 SSP/PR, CPF sob o nº 007.718.039-90, Matrícula nº 130745.
- 17.4.6.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** que designa neste ato, o servidor **Dejalma Ferreira dos Santos Filho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1879382-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 027.739.931-95, Matrícula nº 86730, Residente Rua Dom Aquino, nº11, quadra 108, Bairro CPA 2 – Cuiabá/M, e Fiscal Suplente o servidor **Lucio Manoel da Silva Neto**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0758100-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº503459741-15, Matrícula nº 144072, Residente Rua Rio de Janeiro, N. 595, Bairro Nova Várzea Grande/MT.
- 17.4.7.** A **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO** que designa neste ato, o servidor **Licínio Antônio de Campos**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10140018 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 918.926.941-15, residente José de Alencar, 426, Bairro Água Vermelha, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Roberto da Costa Moreira**, portador CPF sob o nº 293.353.611-00, residente Av. Madri, n.151, Residencial Ana Paula, Bloco A-9, Apto n.403 – Bairro Senhor dos Pássaros, Cuiabá/MT.
- 17.4.8.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE** que designa neste ato, a servidora **Marcelly da Silva Sampaio Arruda**, portador da Cédula de Identidade RG nº1142787-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº939.579.981-15, Matrícula n.86891, residente e domiciliado à Rua São José, Quadra 04, Lote 01, Bairro Jardim das Palmeiras, Cuiabá/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Elza Maria Munhoz Domingos**, portador da Cédula de Identidade RG nº 488.334-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº346.173.021-15, Matrícula n.151824, residente e domiciliado à Av Brigadeiro Eduardo Gomes, n.1230, Bairro Jardim Costa Verde, Várzea Grande/MT.
- 17.4.9.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS** que designa neste ato, o servidor **Sebastião Mário de Almeida Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 217240 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 229.898.891-91, Matrícula nº 110976.
- 17.4.10.** A **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA** que designa neste ato, o servidor **Virdinei da Silva Bens**, portador da Cédula de Identidade RG nº4157979-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.574.822.259-00, Matrícula n.143232 e Fiscal Suplente o servidor **Ricardo Augusto de O. Souza**, portador da Cédula de Identidade RG nº0773829-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº.495.412.001-25 Matrícula n.144029, residente e domiciliado Av. Ipiranga, n.141, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

- 18.1.** As partes ficam, ainda, adstritas as seguintes disposições:
- a)** Todas as alterações que fizerem necessárias serão registradas por intermédio da lavratura de termo aditivo.
 - b)** Integra esta ata o disposto no **PREGÃO PRESENCIAL Nº. XX/2023**, conforme descrito no edital e seus anexos e as propostas da contratada de cada item.
 - c)** É vedado caucionar ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.
- 18.2.** É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Administração.
- 18.3.** O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, Contrato ou Instrumento equivalente, independente de transcrição.

Várzea Grande/MT, XX de XXXX de 2023.

**ANEXO VIII- MINUTA DE CONTRATO**

O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.548/0001-10, com sede no localizado na Avenida Castelo Branco nº 2.500, bairro Água Limpa, Paço Municipal "Couto Magalhães" - Várzea Grande/MT, neste ato, representado pelo (a) **PREFEITO (A) MUNICIPAL**, o (a) Excelentíssimo (a) Senhor (a) _____, brasileiro (a), inscrito (a) no CPF sob nº. _____, juntamente com **SECRETARIA MUNICIPAL DE -----**, representada por seu Secretário (a), o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ____ e inscrito (a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, **inscrita no CNPJ nº. ____ e Inscrição Estadual nº _____, localizado na _____**, neste ato, representada por seu Sócio (a) administrador (a), o (a) Senhor (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ____ e inscrito no CPF nº. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, em vista o constante e decidido no Processo arquivado na Superintendência de Licitação, resolvem celebrar o **CONTRATO Nº XX/2023**, decorrente de licitação na modalidade Pregão Presencial N. XX/2023, conforme descrito no Edital e seus Anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal. 8.666 de 21 de junho de 1993 e pelas Leis Complementares. 123/2006, 147/2014 e 155/2016, Decretos Federais nº. 3.555/2000, 7.892/2013, 9.488/2018 e 10.024/2019, Leis Municipais nº. 3.515/2010 e 4.092/2015, Decretos Municipais nº. 09/2010, 32/2005, 86/2018 e 54/2019 e suas alterações, bem como pelas disposições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial nº xx/2023, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº xx, no **Termo de Referência nº xx/2023 da Secretaria de -----**.

1.2. Aplicam-se aos casos omissos, as noções gerais de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado e as estabelecidas neste Termo, bem como nos demais documentos acostados no **PROCESSO GESPRO Nº. XX/2023**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**2.1. DO OBJETO**

- 2.1.1.** Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviço de capacitação e atualização de formação de condutores com realização de cursos teórico,



técnico e prática de direção veicular (categoria B,C,D,E), para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT.

2.2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.3. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DESCRITOS OBJETO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA

2.3.1. PRÉ-REQUISITOS PARA A FORMAÇÃO POR CATEGORIA

a) TRANSPORTES DE PASSAGEIROS (CATEGORIA B)

1. -ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "B";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

b) TRANSPORTE ESCOLAR

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da carteira nacional de habilitação - CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

c) TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA

1. -Ser maior de 21 anos;
2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado em uma das categorias "A", "B", "C", "D" ou "E";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como não estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

d) TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS

1. -Ser maior de 21 anos;



2. -Estar habilitado há no mínimo 02 (dois) anos
3. -Estar habilitado, no mínimo, na categoria "D";
4. -Não estar cumprindo pena de suspensão do direito de dirigir, cassação da CNH, pena decorrente de crime de trânsito, bem como estar impedido judicialmente de exercer seus direitos.

2.3.2. Conteúdo Base das disciplinas:

1. -Legislação de Trânsito
2. -Direção Defensiva
3. -Noções de Primeiros Socorros e Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social
4. -Relacionamento Interpessoal

2.3.3. MÉTODO DE ENSINO TRADICIONAL E OU TELEPRESENCIAL:

1. -Aula presencial ou online com Apostila para cada tipo de curso especializado;
2. -Apresentação com slides;
3. -Vídeos de problemas recorrentes da atualidade;
4. -Provas referente a cada módulo.

2.3.4. FREQUÊNCIA

1. Para fins de comprovação da frequência do aluno matriculado nos cursos, a instituição realizará o controle diário de presença, através de lista de frequência dos alunos, na qual o aluno deverá assinar tal qual consta da sua Carteira Nacional de Habilitação.
2. Para fins de aprovação nos cursos, bem como para a homologação de certificados, será exigido o percentual de 100% de frequência às aulas.

2.3.5. CERTIFICAÇÃO

1. Ao final do curso, com 03 (três) dias emitiremos a Declaração de Conclusão, após 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias úteis conforme o prazo para a homologação do DETRAN o certificado estará disponível para retirada;
2. Com o curso lançado no sistema o condutor terá que ir até o DETRAN mais próximo e realizar a prova para a validação do curso.

**2.3.6. PROGRAMAÇÃO: CONTEÚDO DAS DISCIPLINAS;****2.3.6.1. ESTRUTURA DOS CURSOS:**

CURSOS	CARGA HORÁRIA	MÓDULOS	LEGISLAÇÃO
<u>Capacitação Escolar</u>	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - Legislação específica sobre transporte de escolares; - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares; - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares. *<u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.	Capítulo XIV - DA HABILITAÇÃO Art. 145 Para habilitar-se nas categorias D e E ou para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros, de escolares, de emergência ou de produto perigoso, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos: I - ser maior de vinte e um anos; II - estar habilitado: a) no mínimo há dois anos na categoria B, ou no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria D; e b) no mínimo há um ano na categoria C, quando pretender habilitar-se na categoria E; III - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 (doze) meses; (Redação do inciso III



		- estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; <u>*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social -</u> <u>10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito; - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima, (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente; - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade; - relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. <u>*Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito;	dada pela Lei n. 14.071/20, em vigor a partir de 12ABR21) IV - ser aprovado em curso especializado e em curso de treinamento de prática veicular em situação de risco, nos termos da normatização do CONTRAN. § 1º A participação em curso especializado previsto no inciso IV independe da observância do disposto no inciso III. (Incluído, como parágrafo único, pela Lei nº 12.619, de 2012; e renumerado para § 1º, pela Lei nº 13.154, de 2015). § 2º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 13.154, de 2015). Resolução 789/2020/CONTRAN CAPÍTULO IV DOS CURSOS ESPECIALIZADOS, Art. 27.
--	--	--	---



		- atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições); - características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares; - cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.	
<u>Atualização Escolar</u>	16 horas aulas	*<u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos de no curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importantíssimo para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; - atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos.	



PROC. ADM. Nº. 872160/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2023

		* <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> - Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; - retomada de conceitos; - relação da teoria e da prática; - principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Passageiros</u>	50 horas aulas	*<u>Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação. - Legislação específica sobre transporte de passageiros: - responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros. * <u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados; - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas; - estado físico e mental do condutor,	



		consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito; - sinalização do local do acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito; - cuidados com a vítima (o que não fazer). - O veículo como agente poluidor do meio ambiente: - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - o indivíduo, o grupo e a sociedade. - Relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades	
--	--	--	--



		dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições); - características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.	
<u>Atualização</u> <u>Passageiros</u>	16 horas aulas	<u>Módulo I - Legislação de Trânsito – 3 (três) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos do curso de especialização; Atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II – Direção Defensiva – 5(cinco) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; A responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; Atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teórica e pratica. Estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substancias psicoativas. * <u>Módulo III – Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 3 (três) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a pratica vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; Atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV – Relacionamento Interpessoal – 5(cinco) horas/aula</u> , com o seguinte conteúdo: Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; Retomada de conceitos; relacionamento da teórica e da pratica;	



		principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
<u>Capacitação</u> <u>Emergência</u>	50 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula</u> - Determinações do CTB quanto a: - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos; - documentação exigida para condutor e veículo; - sinalização viária; - infrações, crimes de trânsito e penalidades; - regras gerais de estacionamento, parada e circulação. - legislação específica para veículos de emergência: - responsabilidades do condutor de veículo de emergência. *<u>Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula</u> - Acidente evitável ou não evitável; - como ultrapassar e ser ultrapassado; - o acidente de difícil identificação da causa; - como evitar acidentes com outros veículos; - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista); - a importância de ver e ser visto; - a importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados. - comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas; *<u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula</u> - Primeiras providências quanto à vítima de	



		acidente, ou passageiro enfermo; - sinalização do local de acidente; - acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros; - verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo; - cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer); - O veículo como agente poluidor do meio ambiente: - regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos; - emissão de gases; - emissão de partículas (fumaça); - emissão sonora; - manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente; - O indivíduo, o grupo e a sociedade: - relacionamento interpessoal; - o indivíduo como cidadão; - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB. <u>*Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula</u> - Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência; - comportamento solidário no trânsito; - responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação; - respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito; - papel dos agentes de fiscalização de trânsito; - atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições); - características dos usuários de veículos de emergência;	
--	--	--	--



		- cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.	
<u>Atualização</u> <u>Emergência</u>	16 horas aulas	* <u>Módulo I - Legislação de trânsito - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos do curso de especialização; - atualização sobre resoluções, leis e outros documentos legais promulgados recentemente. * <u>Módulo II - Direção defensiva - 5 (cinco) horas-aula</u> - A direção defensiva como meio importante para a segurança do condutor, passageiros, pedestres e demais usuários do trânsito; - a responsabilidade do condutor de veículos especializados de dirigir defensivamente; - atualização dos conteúdos trabalhados durante o curso relacionando teoria e prática. - estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas. * <u>Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao meio ambiente e Convívio social - 3 (três) horas-aula</u> - Retomada dos conteúdos trabalhados no curso de especialização, estabelecendo a relação com a prática vivenciada pelos condutores no exercício da profissão; - atualização de conhecimentos. * <u>Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 5 (cinco) horas-aula</u> - Atualização dos conhecimentos desenvolvidos no curso; - retomada de conceitos; - relacionamento da teoria e da prática;	



		- principais dificuldades vivenciadas e alternativas de solução.	
--	--	--	--

2.3.7. MÓDULOS

a) Transportes De Passageiros (Categoria B) - *Módulo I - Legislação de Trânsito - 18 (dezoito) horas-aula

1. - Determinações do CTB quanto a veículos de duas ou mais rodas;
2. - Formação do condutor;
3. - Exigências para categorias de habilitação em relação ao veículo conduzido;
4. - Documentos do condutor e do veículo: apresentação e validade;
5. - Sinalização viária;
6. - Penalidades e crimes de trânsito;
7. - Direitos e deveres do cidadão;
8. - Normas de circulação e conduta.
9. - Infrações e penalidades para veículos de duas ou mais rodas referentes à:
10. - Documentação do condutor e do veículo;
11. - Estacionamento, parada e circulação;
12. - Segurança e atitudes do condutor, passageiro, pedestre e demais atores do processo de circulação;
13. - Meio ambiente.

b) *Módulo II - Direção defensiva para veículos de duas ou mais rodas: 16 horas-aula.

1. - Conceito de direção defensiva;
2. - Conduzindo em condições adversas;
3. - Conduzindo em situações de risco;
4. • Ultrapassagens
5. • Derrapagem
6. • Ondulações e buracos
7. • Cruzamentos e curvas



8. • Frenagem normal e de emergência
9. - Como evitar acidentes em veículos de duas ou mais rodas;
10. - Abordagem teórica da condução de motocicletas com passageiro e ou cargas;
11. - Cuidados com os demais usuários da via;
12. - Respeito mútuo entre condutores;
13. - Equipamentos de segurança do condutor motociclista;
14. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;
15. - Situações de risco.

c) *Módulo III - Noções de Primeiros Socorros: 4 horas-aula

1. - Sinalização do local do acidente;
2. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
3. - Verificação das condições gerais da vítima;
4. - Cuidados com a vítima (o que não fazer);
5. - Cuidados especiais com a vítima motociclista.

d) *Módulo IV - Noções de Proteção e Respeito ao Meio Ambiente e de Convívio Social no Trânsito: 4 horas-aula

1. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
2. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
3. - Emissão de gases;
4. - Emissão de partículas (fumaça);
5. - Emissão sonora;
6. - Manutenção preventiva do automóvel e da motocicleta para preservação do meio ambiente;
7. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
8. - Diferenças individuais;
9. - Relacionamento interpessoal;
10. - O respeito mútuo entre condutores;



11. - O indivíduo como cidadão.

e) *Módulo V - Noções sobre Funcionamento do Veículo de duas ou mais rodas: 3 horas-aula

1. - Equipamentos de uso obrigatório do veículo, sua utilização e cuidados que se deve ter com eles;
2. - Noções de manuseio e do uso do extintor de incêndio;
3. - Responsabilidade com a manutenção do veículo;
4. - Alternativas de solução para eventualidades mais comuns;
5. - Condução econômica e inspeção mecânica (pequenos reparos);
6. - Verificação diária dos itens básicos: água, óleo, calibragem dos pneus, dentre outros.
7. - Cuidados e revisões necessárias anteriores a viagens.

2.3.8. CURSO DE PRÁTICA DE DIREÇÃO VEICULAR

a) Módulo I - Carga Horária Mínima: 20 horas-aula para as categorias A e B, sendo, no mínimo, 1 hora-aula ministrada no período noturno.

1. - Para veículos de quatro ou mais rodas:
 2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
 3. - Prática na via pública, urbana e rural: direção defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;
 4. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
 5. - Os cuidados com o condutor motociclista.

b) Para veículos de duas rodas:

1. - Normas e cuidados antes do funcionamento do veículo;
2. - O veículo: funcionamento, equipamentos obrigatórios e sistemas;
3. - Prática de pilotagem defensiva, normas de circulação e conduta, parada e estacionamento, observância da sinalização e comunicação;
4. • em área de treinamento específico, até o pleno domínio do veículo;
5. • em via pública, urbana e rural, em prática monitorada.
6. - Os pedestres, os ciclistas e demais atores do processo de circulação;
7. - Cuidados na condução de passageiro e cargas;



8. Situações de risco: ultrapassagem, derrapagem, obstáculos na pista, cruzamentos e curvas, frenagem normal e de emergência.

c) Transporte Escolar

Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - documentação exigida para condutor e veículo;
4. - sinalização viária;
5. - infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica sobre transporte de escolares;
8. - normatização local para condução de veículos de transporte de escolares;
9. - responsabilidades do condutor do veículo de transporte de escolares.

*Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. estado físico e mental do condutor, conseqüências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

*Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula

1. - Primeiras providências quanto a vítimas de acidente, ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local de acidente;



3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima, (o que não fazer);
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

***Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de escolares;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoa portadora de necessidades especiais, faixas etárias, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários de transporte de escolares;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos escolares e seus responsáveis, quando for o caso.

d) Transporte de Emergência

*** Módulo I - Legislação de Trânsito - 10 (dez) horas-aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;



3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - Regras gerais de estacionamento, parada e circulação.
7. - Legislação específica para veículos de emergência;
8. - Responsabilidades do condutor de veículo de emergência.

***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados.
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas.
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas;

***Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente, ou passageiro enfermo;
2. - Sinalização do local de acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente ou enfermo;
5. - Cuidados com a vítima ou enfermo (o que não fazer);
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;



8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;
12. - O indivíduo, o grupo e a sociedade;
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão;
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

***Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança na condução de veículos de emergência;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixa etária, outras condições);
7. - Características dos usuários de veículos de emergência;
8. - Cuidados especiais e atenção que devem ser dispensados aos passageiros e aos outros atores do trânsito, na condução de veículos de emergência.

e) Transporte coletivo de Passageiros

***Módulo I - Legislação de trânsito - 10 (dez) horas aula**

1. - Determinações do CTB quanto a:
2. - Categoria de habilitação e relação com veículos conduzidos;
3. - Documentação exigida para condutor e veículo;
4. - Sinalização viária;
5. - Infrações, crimes de trânsito e penalidades;
6. - Regras gerais de estacionamento, parada, conduta e circulação.



7. - Legislação específica sobre transporte de passageiros;
8. - Responsabilidades do condutor do veículo de transporte coletivo de passageiros.

***Módulo II - Direção Defensiva - 15 (quinze) horas-aula**

1. - Acidente evitável ou não evitável;
2. - Como ultrapassar e ser ultrapassado;
3. - O acidente de difícil identificação da causa;
4. - Como evitar acidentes com outros veículos;
5. - Como evitar acidentes com pedestres e outros integrantes do trânsito (motociclista, ciclista, carroceiro, skatista);
6. - A importância de ver e ser visto;
7. - A importância do comportamento seguro na condução de veículos especializados;
8. - Comportamento seguro e comportamento de risco - diferença que pode poupar vidas;
9. - Estado físico e mental do condutor, consequências da ingestão e consumo de bebida alcoólica e substâncias psicoativas.

*** Módulo III - Noções de Primeiros Socorros, Respeito ao Meio Ambiente e Convívio Social - 10 (dez) horas-aula**

1. - Primeiras providências quanto à vítima de acidente ou passageiro com mal súbito;
2. - Sinalização do local do acidente;
3. - Acionamento de recursos: bombeiros, polícia, ambulância, concessionária da via e outros;
4. - Verificação das condições gerais de vítima de acidente, ou passageiro com mal súbito;
5. - Cuidados com a vítima (o que não fazer).
6. - O veículo como agente poluidor do meio ambiente;
7. - Regulamentação do CONAMA sobre poluição ambiental causada por veículos;
8. - Emissão de gases;
9. - Emissão de partículas (fumaça);
10. - Emissão sonora;
11. - Manutenção preventiva do veículo para preservação do meio ambiente;



12. - o indivíduo, o grupo e a sociedade.
13. - Relacionamento interpessoal;
14. - O indivíduo como cidadão.
15. - A responsabilidade civil e criminal do condutor e o CTB.

*** Módulo IV - Relacionamento Interpessoal - 15 (quinze) horas- aula**

1. - Aspectos do comportamento e de segurança no transporte de passageiros;
2. - Comportamento solidário no trânsito;
3. - Responsabilidade do condutor em relação aos demais atores do processo de circulação;
4. - Respeito às normas estabelecidas para segurança no trânsito;
5. - Papel dos agentes de fiscalização de trânsito;
6. - Atendimento às diferenças e especificidades dos usuários (pessoas portadoras de necessidades especiais, faixas etárias diversas, outras condições);
7. - Características das faixas etárias dos usuários mais comuns de transporte coletivo de passageiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. DO VALOR GLOBAL

3.1.1. Este instrumento tem o valor global estimado de R\$ XXX (---).

3.1.2. Estão inclusas no valor acima todas as despesas necessárias, tais como: mão-de-obra, tributos, emolumentos, despesas indiretas, encargos fiscais, trabalhistas previdenciários e comerciais e, ainda os gastos com carregamento.

3.1.3. Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Várzea Grande/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.

3.2. A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.2.1. Os recursos financeiros necessários para a execução deste Contrato são oriundos da seguinte classificação orçamentária:



CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 4.1. O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá entregar os objetos de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. Será de responsabilidade do CONTRATADA:
- 5.2. Disponibilizar infraestrutura adequada que vise proporcionar ao beneficiário do projeto todas as condições de operacionalização do objeto da contratação.
- 5.3. Apresentar a os certificados de conclusão dos cursos teórico-técnicos assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento, cópia das Licenças para Aprendizagem de Direção Veicular – LADV e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.
- 5.4. Apresentar ao Prefeitura Municipal de Várzea Grande os certificados de conclusão dos cursos de prática de direção veicular assinados pelos beneficiários, documento de encaminhamento e respectivas notas fiscais, bem como os relatórios necessários ao pagamento dos serviços pelo CFC, referente ao objeto desta demanda.
- 5.5. Objetivar a qualificação e formação de condutores de veículos automotores, acompanhando e dando todo o apoio administrativo e operacional, bem como realizando todas as tarefas necessárias para o bom andamento dos cursos.
- 5.6. Executar fielmente os serviços contratados, de acordo com as especificações contidas no Código de Trânsito Brasileiro – CTB, nas Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e nas normas dos órgãos ou entidades executivos de trânsito do Estado ou Distrito Federal.
- 5.7. Responsabilizar-se pelo integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, dos seus empregados utilizados na execução dos serviços, ficando a isento daqueles encargos, ainda que subsidiariamente.
- 5.8. Definir de comum acordo com o beneficiário, os dias e horários do curso, fazendo um controle específico, assinado pelo beneficiário, que poderá ser exigido a qualquer tempo, além de atender às exigências dos DETRAN estaduais e do Distrito Federal.
- 5.9. Quando da impossibilidade do beneficiário de comparecer às aulas, deverá o CFC credenciado exigir do beneficiário a justificativa do motivo da ausência por escrito, obrigando-se a providenciar o agendamento do mesmo para outro dia e horário.
- 5.10. O CFC contratada assume total responsabilidade pela realização do curso teórico- técnico e/ou curso de prática de direção veicular dos beneficiários, respondendo administrativa, civil e



penalmente por quaisquer irregularidades cometidas contra os interesses da Prefeitura Municipal de , e violação à legislação reguladora da matéria.

- 5.11.** O CFC contratada deverá iniciar a execução dos serviços discriminados no objeto deste termo de referência após demandado.
- 5.12.** A Contratada tem que está Regulamentada e credenciada segundo as normas da DENATRAN/ DETRAN.
- 5.13.** O instrutor deverá ser capacitado junto aos órgãos competentes (Detran/Contran).

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1.** Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;
- 6.2.** Receber o objeto, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 6.3.** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão;
- 6.4.** Efetuar o pagamento conforme a Instrução Normativa desta Administração Pública Municipal, a partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal juntamente com as devidas certidões;
- 6.5.** Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada;
- 6.6.** Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na entrega dos materiais, para imediata correção;
- 6.7.** Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento e atestado da nota fiscal. A contratada deverá no ato de apresentação da nota fiscal, durante a vigência da ata de registro de preços, apresentar todas às certidões de regularidade (Municipal, Estadual, União, Trabalhista).
- 7.2.** A CONTRATANTE poderá fazer uso dos pagamentos devidos à contratada para compensar eventuais penalizações, atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamento.
- 7.3.** Nas Notas Fiscais deverão ser discriminadas:
- a)** Razão social.
 - b)** Número da nota fiscal,
 - c)** Data de emissão,
 - d)** Descrição do fornecimento do objeto



- e) Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/serviço, do empenho, identificação da origem da licitação (modalidade/numeração/processo)
- f) Não rasurar as notas.
- 7.4. O Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 7.5. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa.
- 7.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.
- 7.7. Constatada a situação de irregularidade, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.
- 7.8. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 7.9. O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental.
- 7.10. Como condição para pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos com a Previdência Social, FGTS e CNDT.; Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, observando que no caso do Estado de Mato Grosso, deverá ser específica para participação em licitações públicas, bem como as Certidões de Dívida Ativa e Débitos Gerais junto ao Município de Várzea Grande/MT, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão.
- 7.11. Escoado o prazo constante no item 7.1, fica a CONTRATANTE constituída em mora, devendo o valor indicado na Nota Fiscal/Fatura ser corrigido monetariamente até a data de seu efetivo pagamento, segundo os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

CLÁUSULA OITAVA – DO REALINHAMENTO DE PREÇOS E DO REAJUSTE**8.1. DO REAJUSTE**

- 8.1.1. Os preços dos serviços objeto desta licitação são fixos e irrevogáveis, pelo prazo de 01 (um) ano, contados a partir da data de assinatura do contrato.

8.2. DO REEQUILÍBRIO

- 8.2.1. O valor do Contrato poderá ser revisto mediante solicitação da contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da mesma, na forma do artigo 65, inciso II, alínea d, da lei 8666/93, e observados os itens subsequentes deste termo de referência.



- 8.2.2.** As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.
- 8.2.3.** Deverão estar presentes os seguintes pressupostos da concessão do direito, quais sejam:
- a)** Elevação dos encargos do particular;
 - b)** Ocorrência de evento posterior à assinatura da Ata de registro de preços;
 - c)** Vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da empresa;
 - d)** Imprevisibilidade da ocorrência do evento.
- 8.2.4.** As eventuais solicitações, observadas o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.
- 8.2.5.** Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços de contratos baseados em Atas de Registro de Preços vigentes, caberá à Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande a análise jurídica e decisão do pedido e à Controladoria a análise contábil.
- 8.2.6.** Quanto aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste de preços de contratos cuja Ata de Registro de Preços já expirou, deverá ser observado o item anterior.
- 8.2.7.** Deferido o pedido, o reequilíbrio econômico-financeiro e reajuste será registrado por aditamento ao contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

- 9.1.** Os serviços serão executados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas.
- 9.2.** O prazo de instalação e funcionamento dos equipamentos deverá ser de, no máximo, (20) dias, a contar da ordem inicial de serviço emitida. A mensalidade será computada após instalação e funcionamento atestado pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



10.3. O representante da Secretaria anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4. A fiscalização da futura Ata de Registro de Preços e do Contrato dela decorrente, ficará a cargo dos seguintes servidores:

10.4.1.A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO que designa neste ato, o servidor **Mauro Vastay Garbin**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12474398 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 899.882.211-34, Matrícula nº 142153, residente a Rua Prudente de Moraes, 1260, Bairro Ipase, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente o servidor **José Maria Pulquério**, portador da Cédula de Identidade RG nº 871.938 PM/MT e inscrito no CPF sob o nº 212.636.941-00, Matrícula nº 141952, residente a Av. Santa Cruz, 78, casa 33, Condomínio Villagio Itália, Bairro Santa Cruz II, Cuiabá/MT.

10.4.2.A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL que designa neste ato, a servidora **Lucilene da Costa**, portador da Cédula de Identidade RG nº 297.253 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 654.794.081-00, matrícula n. 118841, residente e domiciliado à Rua F, Quadra 01, Lote 01, Bairro Jardim Nova Canaã, Várzea Grande/MT e Fiscal Suplente a servidora **Jocileize Alcântara Rondon e Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 16911474 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº. 024.927.031-50, matrícula n. 109.146, residente a Avenida da FEB, n.1213, Bairro Ponte Nova.

10.4.3.A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO que designa neste ato, o servidor **Valderi Carneiro da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 413611 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 326.037.031-53, Matrícula n.143084, residente e domiciliado à Rua Frei Salvador, 31, Bairro: Cristo Rei, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Alice Aparecida Candido da Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 22878530 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 041.773.241-40, matrícula n.145494, residente e domiciliado à Rua Antônio Maria, Quadra 54, Lote 03, Bairro: Jardim Itororó, Várzea Grande/MT.

10.4.4.A SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL que designa neste ato, o servidor, Servidora **Alexander Gouveia Ortiz**, portador da Cédula de Identidade RG nº 900.632 SSP/MS e inscrito no CPF sob o nº 809.424.901-34, matrícula n.11856, Nova Várzea Grande-MT, e Fiscal **Osly Justiniano Pedraça**, portador da Cédula de Identidade RG nº 818091 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 545.358.591-91, matrícula n.37983.

10.4.5.A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER que designa neste ato, o servidor **Wagner Júlio Gomes Teixeira**, portador do RG nº 18560075 SSP/MT, e inscrito no CPF sob o nº 034.519.351-21, Residente a Rua A Qda.02 Casa 21, Bairro Vitória Régia, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Felipe de Freitas Carvalho**, portador do RG nº 8322792-3 SSP/PR, CPF sob o nº 007.718.039-90, Matrícula nº 130745.



10.4.6. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que designa neste ato, o servidor **Dejalma Ferreira dos Santos Filho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1879382-7 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 027.739.931-95, Matrícula nº 86730, Residente Rua Dom Aquino, nº11, quadra 108, Bairro CPA 2 – Cuiabá/M, e Fiscal Suplente o servidor **Lucio Manoel da Silva Neto**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0758100-9 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 503459741-15, Matrícula nº 144072, Residente Rua Rio de Janeiro, N. 595, Bairro Nova Várzea Grande/MT.

10.4.7. A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO que designa neste ato, o servidor **Licínio Antônio de Campos**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10140018 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 918.926.941-15, residente José de Alencar, 426, Bairro Água Vermelha, Várzea Grande/MT, e Fiscal Suplente o servidor **Roberto da Costa Moreira**, portador CPF sob o nº 293.353.611-00, residente Av. Madri, n.151, Residencial Ana Paula, Bloco A-9, Apto n.403 – Bairro Senhor dos Pássaros, Cuiabá/MT.

10.4.8. A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE que designa neste ato, a servidora **Marcelly da Silva Sampaio Arruda**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1142787-6 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 939.579.981-15, Matrícula n.86891, residente e domiciliado à Rua São José, Quadra 04, Lote 01, Bairro Jardim das Palmeiras, Cuiabá/MT, e Fiscal Suplente a servidora **Elza Maria Munhoz Domingos**, portador da Cédula de Identidade RG nº 488.334-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 346.173.021-15, Matrícula n.151824, residente e domiciliado à Av Brigadeiro Eduardo Gomes, n.1230, Bairro Jardim Costa Verde, Várzea Grande/MT.

10.4.9. A SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS que designa neste ato, o servidor **Sebastião Mário de Almeida Silva**, portador da Cédula de Identidade RG nº 217240 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 229.898.891-91, Matrícula nº 110976.

10.4.10. A SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA que designa neste ato, o servidor **Virdinei da Silva Bens**, portador da Cédula de Identidade RG nº 4157979-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 574.822.259-00, Matrícula n.143232 e Fiscal Suplente o servidor **Ricardo Augusto de O. Souza**, portador da Cédula de Identidade RG nº 0773829-3 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 495.412.001-25 Matrícula n.144029, residente e domiciliado Av. Ipiranga, n.141, Bairro Goiabeiras, Cuiabá/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato poderá ser alterado somente em um dos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações, com as devidas justificativas e mediante interesse da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. Este Contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pelo Município ou bilateralmente, em atendimento à conveniência administrativa, conforme os casos previstos nos Artigos 77, 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas respectivas atualizações, podendo ser:

- a) Amigável - por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que, haja conveniência para a CONTRATANTE;



b) Administrativa - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93;

c) Judicial - nos termos da Legislação Processual.

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela Contratante, com as consequências previstas abaixo.

Parágrafo Primeiro – A rescisão contratual poderá ser:

a) Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93;

b) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;

c) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/93.

12.3. A CONTRATADA reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração nos termos da Lei nº 12.486, de 2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos, a Contratada que:

a) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e

g) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.



13.2. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

- a) Não assinar o Contrato ou retirar a Autorização de Fornecimento quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Apresentar documentação falsa;
- c) Deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

13.3. Com fundamento no art. 9º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo, o Fornecedor ficará sujeito, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

13.3.1. Advertência;

13.3.1.1. A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a Contratante, independentemente da aplicação de multa;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos e/ ou serviços ora contratados, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;
- c) Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

13.3.2. Multa;

13.3.2.1. Conforme disposto no (Art. 86 da Lei 8.666/93), na forma prevista no instrumento convocatório ou no Contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de fornecimento ou prestação de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
- b) O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;
- c) 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis; e 5% pela inexecução parcial;
- d) 15% (quinze por cento) sobre o valor da Autorização de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual exceto prazo de entrega;



- e) 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, não comparecendo à Prefeitura, o proponente convocado para a assinatura do contrato.

- 13.3.2.2. A Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela Contratante, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal;
- 13.3.2.3. A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial;
- 13.3.2.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

- 13.3.3.1. A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação;
- 13.3.3.2. A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Prefeitura poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:
- 13.3.3.3. Por 06 (seis) meses nos seguintes casos:
- a) Atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a Contratante;
 - b) Execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;
- 13.3.3.4. Por 02 (dois) anos, nos seguintes casos:
- a) Não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;
 - b) Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;
 - c) Prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;
 - d) Cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitador, ensejando a rescisão do contrato.

13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;



- 13.3.4.1. Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo do sansão aplicado com base no inciso anterior.
- 13.3.4.2. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à Contratada nos casos a seguir indicados:
- a) Condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) Prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;
 - c) Demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:
 - d) Praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses escusos ou má-fé;
 - e) Apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;
 - f) Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

Parágrafo Primeiro - Independentemente das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante;

Parágrafo Segundo - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

- 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666.
- 13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

- 14.1. As infrações penais tipificadas na lei penal serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO**

- 15.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 16.1. A contratada obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste Termo de Referência que se fizerem necessários, até o limite facultado pela regra do Parágrafo 1º, Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo a supressão exceder tal limite, desde que resultante de acordo entre os celebrantes, nos termos do Parágrafo 2º, Inciso II do mesmo artigo, conforme redação introduzida pela Lei nº 9.648/98.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 17.1. O instrumento terá eficácia após publicação do extrato em Diário Oficial, em obediência ao disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 18.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
- 18.1.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ao Contrato;
 - 18.1.2. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente para qualquer operação Financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Várzea Grande.
 - 18.1.3. É expressamente vedada a paralisação total ou parcial dos serviços por parte da CONTRATADA sem autorização da Secretaria Municipal de Administração de Várzea Grande/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

- 18.2. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Várzea Grande/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8.666 de 21/06/93.



Várzea Grande/MT, xx de XX de 2023.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:CPF:

NOME:CPF: